



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

*Companhia Integrada
de Desenvolvimento Agrícola
de Santa Catarina*

Insumos
Processos
Produtos
Resultados
Impactos



GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA

SECRETARIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA

Moacir Sopelsa

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

PRESIDENTE

Enori Barbieri

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Valdo José dos Santos Filho

DIRETOR DE COMERCIALIZAÇÃO

Américo do Nascimento Junior

DIRETORA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Priscila Belleza Maciel

DIRETOR INSTITUCIONAL

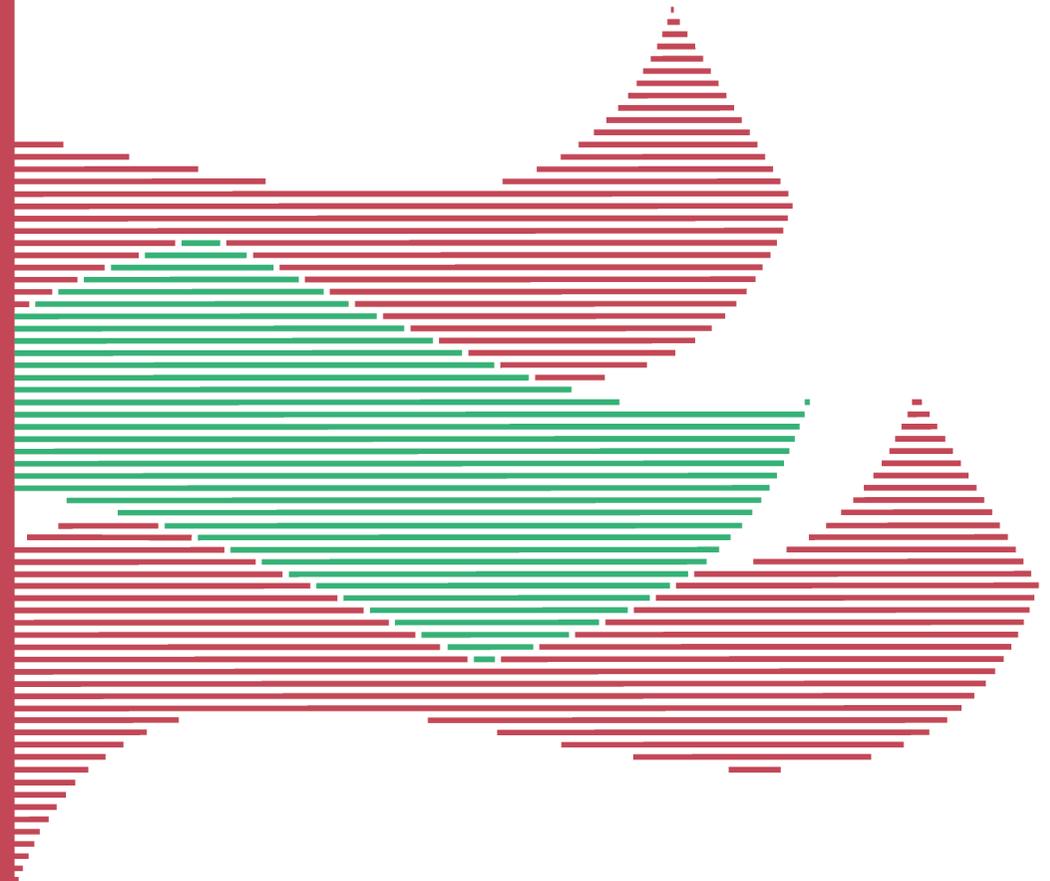
Rodrigo da Silva Conceição

ELABORAÇÃO

Departamento Estadual de Planejamento

GESTORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Camila Bolfe



INFORMAÇÕES

Departamento Estadual de Planejamento

E-mail: depla@cidasc.sc.gov.br

Telefone: (48) 3665-7192

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga, 1588, Itacorubi
88034-001 - Florianópolis - SC

Sumário



1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CIDASC	6
1.1 Identificação	6
1.2 Dados Gerais da Cidasc	6
1.3 Rol de Responsáveis por Unidade Orçamentária	7
1.3.1 Rol de Responsáveis Cidasc	7
1.4 Rede de Atendimento	13
1.5 Competências Institucionais	14
1.5.1 Competências Institucionais da Cidasc	14
1.6 Organograma Funcional	15
1.7 Macroprocessos Finalísticos	16
1.8 Macroprocessos de Apoio	17
2 PLANEJAMENTO DA CIDASC	18
2.1 Planejamento Estratégico	18
2.1.1 Identidade Institucional	18
2.1.2 Objetivos Estratégicos	18
2.1.3 Partes Interessadas	19
2.1.4 Principais Parceiros	19
2.1.5 Produtos e Serviços	20
2.2 Relacionamento com a Sociedade	25
2.2.1 Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão	25
2.3 Plano Plurianual – 2016-2019	27
2.4 Programas – 2016-2019	28
3 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	29
3.1 Recursos Aplicados por Grupo de Despesa – 2011 a 2017	29

3.2 Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Cidasc	30
3.2.1 Relação de Programas	30
3.2.2 Execução Física e Financeira das Ações da Loa	32
3.2.3 Contingenciamento de Despesas no Exercício 2017	34
3.2.4 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	35
3.2.5 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	35
3.3 Informações Sobre Gestão de Pessoas e Terceirização de Mão de Obra	36
3.3.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	36
3.3.2 Quadro de Pessoal da Unidade Gestora - Mensal - Valores (R\$)	37
3.3.3 Quadro de Pessoal da Unidade Gestora - Mensal - Quantitativo	37
3.3.4 Demonstrativo de Postos de Trabalho por Meio de Contratos de Terceirização de Serviços	38
3.3.5 Remuneração Anual Paga a Membros de Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Unidade Gestora	39
3.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	40
3.4.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário	40
3.4.2 Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros	40
3.4.3 Gestão da Frota de Veículos	40
3.4.4 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	40
4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	44
5 LICITAÇÕES E CONTRATOS	44
5.1 Valores Anuais de Licitações e Contratos por Modalidade	44
5.1.1 Contratações por Modalidade	44
5.2 Órgão de Imprensa Oficial	45
6 CONTROLE INTERNO	45
6.1 Recomendações Expedidas em 2017	45
6.2 Recomendações Pendentes de Atendimento	47
7 CONTRATO DE GESTÃO	48
8 TERMOS DE PARCERIA	48
9 CIDASC EM NÚMEROS 2017	49

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CIDASC

1.1 Identificação

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.



Unidade Orçamentária	44022 Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNPJ	83.807.586/0001-28
Endereço	Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Itacorubi – Caixa Postal 256
Telefone	(48) 3665-7000 – Fax: (48) 3665-7091
Home	www.cidasc.sc.gov.br
Ato de Criação	Decreto-lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979.
Estatuto	Decreto 1.671/2013 Publicado no DOE em 09/08/2013
Regimento Interno	Aprovado pelo Conselho de Administração em 05/12/2013

1.2 Dados gerais da cidasc

Criação: decreto-lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979.

Início das atividades: em 27 de novembro de 1979, através de Ata de Fundação com a Participação.

Alteração pela Lei Complementar 284 de 22 de fevereiro de 2005

Alterada pela Lei Complementar 381 de 07 de maio de 2007

Alterada pela Lei Complementar 534 de 20 de abril de 2011

Decreto 1.671/2013 – Dispõe sobre o Estatuto da CIDASC.

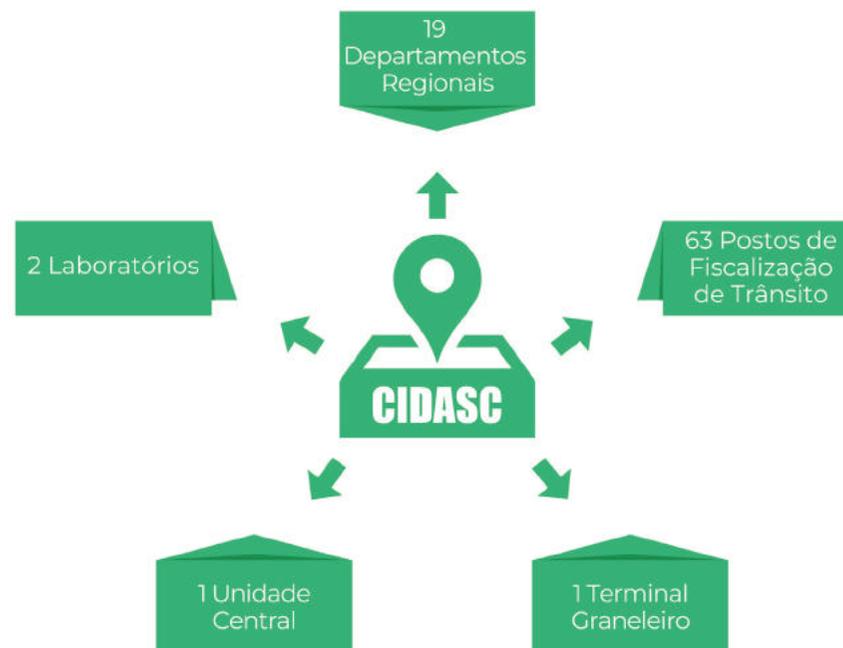
Endereço: Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Itacorubi – Caixa Postal 256

CEP: 88034-001 – Florianópolis – SC

Fone: (48) 3665-7000 – Fax: (48) 3665-7091

CNPJ: 83.807.586/0001-28

Site: www.cidasc.sc.gov.br



1.3 Rol de Responsáveis por Unidade Orçamentária

1.3.1 Rol de Responsáveis Cidasc



Nome: Enori Barbieri **CPF:** 114.341.041-68
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** presi@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (Titular)
Nome do Cargo ou Função: Presidente

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.104	21/07/2015			01/01/2017	31/12/2017



Nome: Valdo José dos Santos Filho **CPF:** 398.420.539-20
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** valdo@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro da Diretoria Executiva
Nome do Cargo ou Função: Diretor Administrativo e Financeiro

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.104	21/07/2015			01/01/2017	31/12/2017



Nome: Priscila Paganini Costa Ferrari **CPF:** 300.447.288-08
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** ppcferrari@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro da Diretoria Executiva
Nome do Cargo ou Função: Diretora de Comercialização

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.345	22/07/2016	DOE 20.497	20/03/2017	01/01/2017	12/02/2017

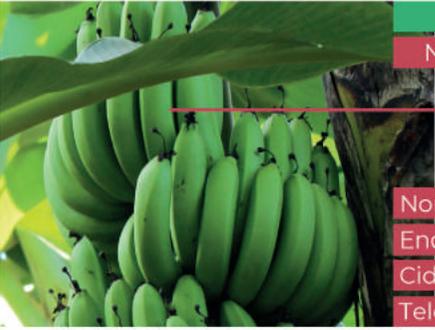


Nome: Priscila Belleza Maciel **CPF:** 030.456.109-60
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** pbmaciel@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro da Diretoria Executiva
Nome do Cargo ou Função: Diretoria de Defesa Agropecuária

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.345	22/07/2016			01/01/2017	31/12/2017



Nome: Rodrigo da Silva Conceição **CPF:** 004.389.179-95
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** rsconceicao@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro da Diretoria Executiva
Nome do Cargo ou Função: Diretor Institucional

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.008	25/02/2015			01/01/2017	31/12/2017

UNIDADE JURISDICIONADA: Cidasc



Nome: Américo do Nascimento Júnior **CPF:** 019.175.149-99
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi
Cidade: Florianópolis **UF:** SC **CEP:** 88.034-001
Telefone: (48) 3665-7000 **FAX:** **E-mail:** americo@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro da Diretoria Executiva
Nome do Cargo ou Função: Diretor de Comercialização

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.497	20/03/2017			13/02/2017	31/12/2017

Nome: Moacir Sopelsa CPF: 020.734.639-91
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1486
Cidade: Florianópolis UF: SC CEP: 88.034-000
Telefone: (48) 3664-4400 FAX: E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Presidente do Conselho Administrativo

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.342	04/02/2015			01/01/2017	31/12/2017

UNIDADE JURISDICIONADA: Cidasc

Nome: Airton Spies CPF: 384.313.359-04
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1486
Cidade: Florianópolis UF: SC CEP: 88.034-000
Telefone: (48) 3664-4400 FAX: E-mail: spies@agricultura.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro Efetivo do Conselho Administrativo

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.345	22/07/2016			01/01/2017	31/12/2017

Nome: Emilio Della Bruna CPF: 416.969.219-53
Endereço Funcional: Rua Eugênio Cancelier, 186
Cidade: Urussanga UF: SC CEP: 88.040-000
Telefone: FAX: E-mail: emilio@epagri.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro efetivo do Conselho Administrativo

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.238	15/02/2016			01/01/2017	31/12/2017

Nome: Jean Carlos Baldissarelli CPF: 675.029.629-72
Endereço Funcional: Rodovia Admar Gonzaga, 1486
Cidade: Florianópolis UF: SC CEP: 88.034-000
Telefone: (48) 3664-4400 FAX: E- mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Presidente do Conselho Administrativo

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.680	20/12/2017			16/12/2017	31/12/2017

Nome: Álvaro Antônio Ribas Dourado CPF: 385.600.549-87
Endereço Funcional: Rua Alcides Tombini, 33 - Paraíso - Bairro Santelmo
Cidade: Caçador UF: SC CEP: 89.500-000
Telefone: (49)3561.6445 FAX: E- mail: alvarod@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro efetivo (Representante dos Funcionários) do Conselho Administrativo

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.238	15/02/2016	DOE 20.680	20/12/2017	01/01/2017	20/12/2017

Nome: Marina Guthiá Moraes CPF: 080.657.559-09
Endereço Funcional: Rua Álvaro Francisco Martins, 169 - Centro
Cidade: Palhoça UF: SC CEP: 88.131-190
Telefone: FAX: E- mail: marinaguthia@hotmail.com

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Presidente do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.399	07/10/2016			01/01/2017	31/12/2017



Nome: Olices Osmar Santini CPF: 141.945.979-15
Endereço Funcional: Rua José Francisco Dias Areias, 535 - Trindade
Cidade: Florianópolis UF: SC CEP: 88.036-120
Telefone: FAX: E-mail: santini@senar.com.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro efetivo do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.553	13/06/2017			01/01/2017	31/12/2017

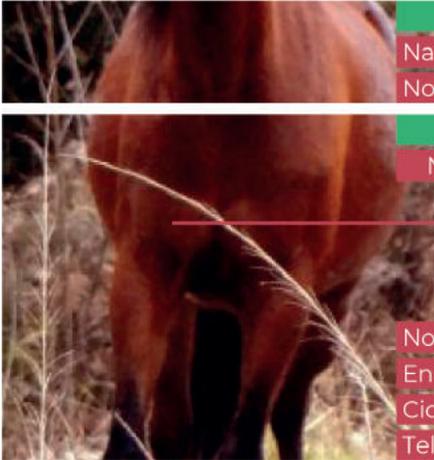


Nome: Eduardo Sardá da Silva CPF: 014.691.479-12
Endereço Funcional:
Cidade: UF: SC CEP:
Telefone: FAX: E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro efetivo do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.553	13/06/2017			27/04/2017	31/12/2017



Nome: Sidnei Manoel da Cunha CPF: 018.505.159-64
Endereço Funcional:
Cidade: UF: SC CEP:
Telefone: FAX: E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal
Nome do Cargo ou Função: Membro suplente do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.553	13/06/2017			27/04/2017	31/12/2017

Nome: Adriano Rotta

CPF: 927.864.219-34

Endereço Funcional:

Cidade:

UF: SC

CEP:

Telefone:

FAX:

E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal

Nome do Cargo ou Função: Membro efetivo do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.339	07/10/2016	DOE 20.553	13/06/2017	01/01/2017	27/04/2017

Nome: Ricardo Gouvêa

CPF: 514.425.809-53

Endereço Funcional:

Cidade:

UF: SC

CEP:

Telefone:

FAX:

E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal

Nome do Cargo ou Função: Membro suplente do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.553	13/06/2017			27/04/2017	31/12/2017

Nome: Gerson Catalan

CPF: 065.385.259-20

Endereço Funcional:

Cidade:

UF: SC

CEP:

Telefone:

FAX:

E-mail:

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal

Nome do Cargo ou Função: Membro suplente do Conselho Fiscal

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
DOE 20.553	13/06/2017			27/04/2017	31/12/2017



Nome: José Roberto Roussenq

CPF: 505.185.779-53

Endereço Funcional: Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi

Cidade: Florianópolis

UF: SC

CEP: 88.034-001

Telefone: 48) 3665-7000

FAX:

E- mail: roussenq@cidasc.sc.gov.br

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) Controle Interno da Unidade

Nome do Cargo ou Função: Gestor Estadual Auditoria Interna

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Início
Portaria nº 40.916	29/09/2016			01/01/2017	31/12/2017

1.4 Rede de Atendimento

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira
08h às 12h e 13h30 às 17h30

CANAIS DE ATENDIMENTO

Telefone: 48) 3665-7000

Disque denúncia 0800 643 93 00 (Animal)
0800 644 65 10 (Vegetal)

E-mail: seger@cidasc.sc.gov.br

Ouvidoria: ouvidoria@cidasc.sc.gov.br

Site: www.cidasc.sc.gov.br



facebook.com/cidasc.ascom/



[@CidascOficial](https://twitter.com/CidascOficial)



[@Ascom Cidasc](https://www.youtube.com/@AscomCidasc)



issuu.com/cidasc



soundcloud.com/cidasc



[@CidascOficial](https://www.instagram.com/CidascOficial)

SEDE

Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação de produtos de origem vegetal, administração do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, política de pessoal, gestão financeira e as atividades relacionadas à formulação de políticas sanitária animal e vegetal no Estado. Esse trabalho é realizado por meio de 4 diretorias, que dão suporte ao presidente da Empresa.

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC

Departamentos Regionais

19 departamentos regionais que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das unidades veterinárias locais na sua região de abrangência.

Informe-se do endereço e telefone do departamento e sua região de abrangência no site abaixo.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Escritório Municipais

A Cidasc atende os 295 municípios de Santa Catarina (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de atendimento e UVLs (Unidades Veterinárias Locais).

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul

São Francisco do Sul - Av. Eng. Leite Ribeiro – Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul – SC
Telefone: (47) 3481-2370

Postos Fixos de Fiscalização

63 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e fronteira com a Argentina.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

1.5 Competências Institucionais

1.5.1 Competências Institucionais da Cidasc

Compete à Cidasc, segundo a **Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007** alterada **pela Lei Complementar nº534/11**:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

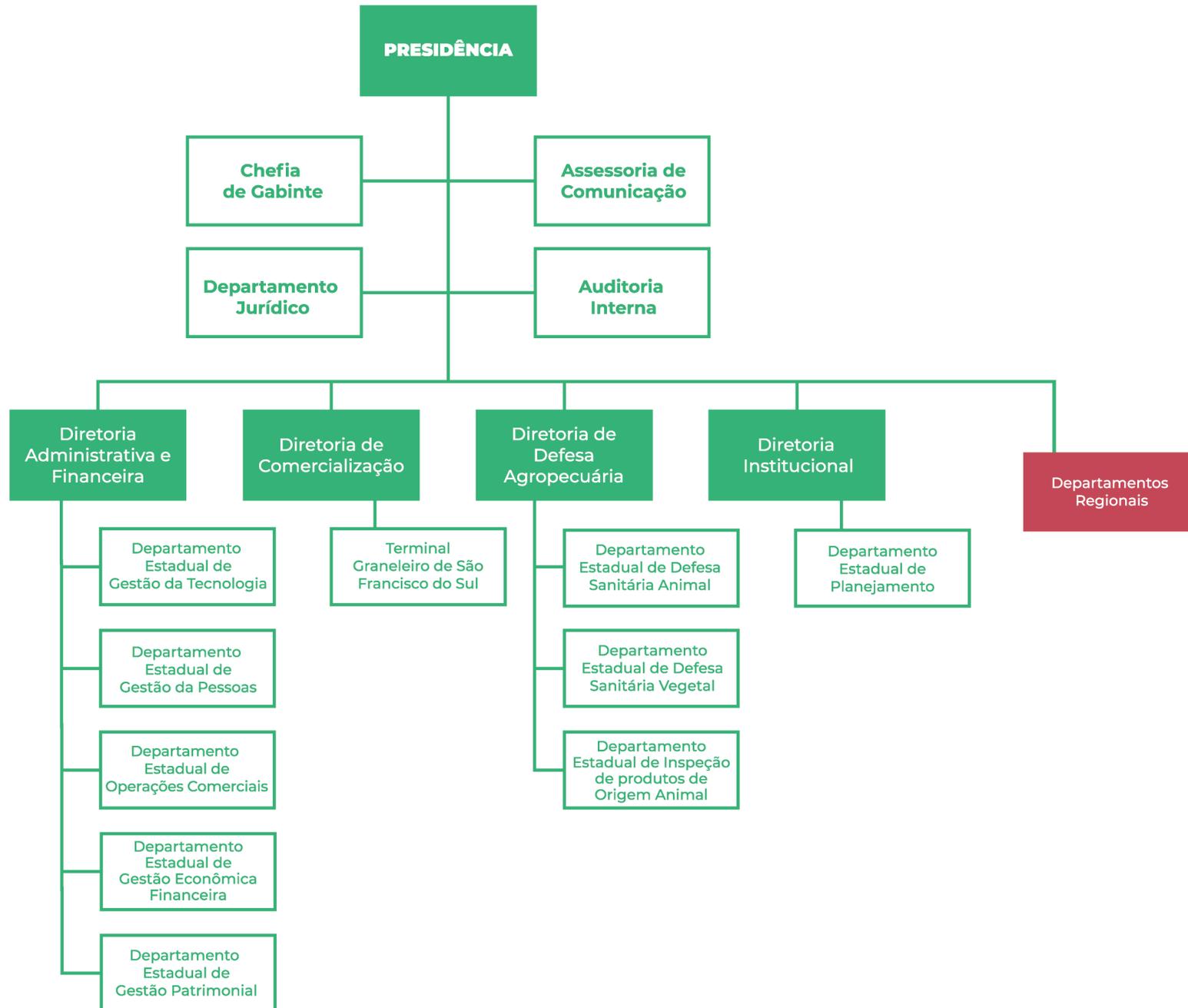
III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução; e

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

1.6 Organograma Funcional



1.7 Macroprocessos Finalísticos

Grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização exerce a sua missão, gerando valor. Refletem as funções da organização, às quais devem manter correspondência com os objetivos das unidades organizacionais.

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses.	<ul style="list-style-type: none"> - Exame de anemia Infecciosa Equina – AIE - Exame de Brucelose AAT - Triagem de Exame de Raiva - Sanidade dos Caprinos e Ovinos - Sanidade dos Animais Aquáticos - Sanidade Equídea - Sanidade das Abelhas - Vigilância Sanitária Animal e Trânsito - Vigilância Epidemiológica - Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares - Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis - Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina - Rastreabilidade Bovina e Bubalina - Sanidade Suídea - Sanidade Avícola 	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Defesa Sanitária Vegetal	Trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> - Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção - Inscrição e fiscalização de Unidades de Consolidação - Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária - Cadastro de Responsáveis Habilitados - Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã, Pinus e Citrus. - Permissão para o trânsito de vegetais - Levantamentos de detecção e de delimitação de pragas - Monitoramento de pragas 	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV
Inspeção de produtos de origem animal	Serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa.	<ul style="list-style-type: none"> - Inspeção de Produtos de Origem Animal - Obtenção do Serviço de Inspeção Estadual – SIE - Cadastro de Frigoríficos para Novilho Precoce 	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Classificação de produtos de origem vegetal	Serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e auxílio à agroindústria familiar pela concessão do Selo de Conformidade CIDASC com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização.	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de Produtos de Origem Vegetal - Capacitação de produtores rurais e usuários em classificação vegetal - Selo de conformidade CIDASC - SCC 	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Administração do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul - TGSFS	Operações de armazenagem e movimentação de granéis sólidos e líquidos.	- Movimentação de Granéis Sólidos - Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul - Armazenagem de Granéis Sólidos - Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul	Empresas	Terminal Graneleiro – São Francisco do Sul
Fiscalização de Insumos Agrícolas	Fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e armazenam agrotóxicos, registro de estabelecimentos, cadastro de agrotóxicos, controle de qualidade de sementes e mudas, verificação de resíduos de agrotóxico em produtos orgânicos e convencionais.	- Registro de Comerciantes de Agrotóxicos, Sementes e Mudanças - Fiscalização do comércio de Agrotóxicos, Sementes e Mudanças - Cadastro de agrotóxicos - Análise de resíduos em alimentos orgânicos e convencionais - Análise da qualidade de sementes	Empresas/ Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Educação Sanitária	A Educação Sanitária é atividade estratégica e instrumento da Defesa Agropecuária que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral no cumprimento dos objetivos.	- Educação Sanitária Animal e Vegetal	Escolas/ Produtores Rurais	Departamentos Estaduais de defesa e Departamento Estadual de Planejamento - DEPLA

1.8 Macroprocessos de Apoio

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão de pessoas	Dotar os órgãos de quadro efetivo, qualificado e suficiente para permitir o atendimento à sociedade	- Gestão da Folha de Pagamento - Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas - Segurança e Medicina do Trabalho	Empregados/ Sociedade	- Departamento Estadual de Gestão de Pessoas/Divisão de Gestão da Folha - Supervisão de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas - Supervisão de Segurança, Medicina e Bem Estar no Trabalho
Gestão administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado	- Gestão econômico financeira - Gestão Patrimonial - Planejamento Estratégico - Comunicação com clientes internos e externos - Gestão de Tecnologia - Controles Internos - Gestão de compras - Gestão Jurídica	Empregados/ Cidadãos usuários/ Sociedade	- Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira - Departamento Estadual de Gestão Patrimonial - Departamento Estadual de Planejamento - Assessoria de Comunicação - Departamento Estadual de Gestão de Tecnologia - Auditoria Interna - Departamento Estadual de Operações Comerciais - Departamento Jurídico

2.1 Planejamento Estratégico

2.1.1 Identidade Institucional



2.1.2 Objetivos Estratégicos

- Controlar as doenças animais.
- Controlar as pragas e doenças vegetais.
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas.
- Garantir a idoneidade dos produtos de origem animal.
- Garantir a idoneidade dos produtos classificados.

2.1.3 Partes Interessadas

Pessoas físicas ou jurídicas com potencial para influir positiva ou negativamente sobre objetivos e resultados da organização, mesmo que dela não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão.

PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA	EXPECTATIVAS E INTERESSES
INTERNOS	
Funcionários	Manter o status sanitário adquirido pelo estado de SC
EXTERNOS	
Comunidade	Segurança e Sanidade Alimentar
Sociedade	Segurança e Sanidade Alimentar / Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Imprensa/fornecedores de opinião	Saúde Pública / Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense / Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Governos	Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense / Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Clientes/Usuários	Segurança e Sanidade Alimentar / Educação Sanitária Agropecuária
Agroindústrias e frigoríficos	Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense / Legalização de estabelecimentos / Certificação da produção/escoamento da produção
Agricultores e pecuaristas	Sanidade animal e vegetal / Certificação da Produção/ Educação Sanitária Agropecuária
Estudantes	Estágio / emprego / Educação Sanitária Agropecuária

2.1.4 Principais Partes

- MAPA – Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Banco Mundial
- MPSC - Ministério Público de SC
- Associações de produtores
- ICASA – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

2.1.5 Produtos e Serviços

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Emissão de GTA – Guia de Trânsito Animal	A GTA é um documento oficial emitido pela Cidasc para acompanhar o trânsito de animais com o objetivo de evitar a dispersão de doenças.	Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e consequentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação.	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA
Capacitação de produtores rurais e usuários em classificação vegetal	Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal dos produtos: abacaxi; algodão; alho; alpiste; amendoim; arroz; aveia; banana; batata; canjica; cebola; cevada; ervilha; farinha de mandioca; farinha de trigo; feijão; girassol; kiwi; maçã; milho; milho de pipoca; óleos vegetais; pera; soja; sorgo; tabaco em folha beneficiado; tabaco em folha curado; trigo; tomate; uva fina de mesa e uva rústica	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA
Selo de Conformidade CIDASC - SCC	É um selo que indica para o consumidor que aquele produto passou por um rigoroso processo de produção e controle. Garante que durante a produção aquele alimento foi controlado, os manipuladores foram treinados e o produto passou por análises antes de ir para o mercado.	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA
Cadastro de Agrotóxicos	Efetuar o Cadastro de agrotóxicos com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Empresas Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudas	As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização para garantir um material reprodutivo que atenda as expectativas de produção. Para tanto, a Cidasc controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com as legislações: federal, estadual e normativas.	Empresas Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de comerciantes de sementes e mudas	A legislação estadual prevê que os comerciantes de Sementes e Mudas devem ser registrados junto a CIDASC, e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A CIDASC mantém em seu sítio eletrônico a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para comércio de sementes e mudas.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Realiza a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos. Executa também o registro estabelecimentos e o cadastro dos agrotóxicos.	Empresas Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de Comerciantes de Agrotóxicos	A legislação estadual prevê que os comerciantes de AGROTÓXICOS devem ser registrados junto a CIDASC, e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A CIDASC mantém em seu sítio eletrônico a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de agrotóxicos.	Empresas Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Fiscalização do Trânsito Vegetal	Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Inspeção de Produtos de Origem Animal	<ul style="list-style-type: none"> Executa serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam a nossa mesa: Inspecciona carnes e derivados em abatedouros, fábricas de embutidos, charqueadas, etc; Inspecciona leite e derivados em fábricas de laticínios, queijarias, etc; inspecciona entrepostos de carnes e de pescados; inspecciona postos de mel e distribuidores de ovos; faz vistorias técnicas e emite laudos; Faz análise de projetos para a construção de estabelecimentos; faz, em conjunto com outras instituições, fiscalização ao comércio varejista e atacadista de produtos de origem animal. 	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Cadastro de Frigoríficos para Novilho Precoce	<ul style="list-style-type: none"> Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto 2.908, de 26 de maio de 1998. Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; Diminui o déficit de carne bovina do Estado; Gera maior renda e emprego no meio rural; Melhora a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário. 	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Exame de Anemia Infecciosa Equina - AIE	Análise de amostras de equinos para verificar a presença de Anemia Infecciosa Equina.	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEDSA
Exame de Brucelose AAT	Análise de amostras para verificar a presença de Brucelose AAT.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Triagem de Exame de Raiva	A triagem de exame de raiva é realizada por meio de encaminhamento das amostras para outros laboratórios.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade dos Caprinos e Ovinos / Sanidade dos Animais Aquáticos	O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos principalmente na criação de moluscos bivalves. Setores como a ranicultura, carnicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Defesa Sanitária Vegetal	Garantir a sanidade das populações vegetais; garantir a idoneidade dos insumos; garantir a identidade e a segurança higiênico- sanitária dos produtos agropecuários. Atividades realizadas: Vigilância; Inspeção; Monitoramento; fiscalização; Diagnóstico; Certificação; Educação sanitária.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Educação Sanitária e Comunicação Social	É o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, Diagnóstico Educativo, Projetos educativos específicos	Escolas/Produtores Rurais	Departamento Estadual de Planejamento - DEPLA
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	Medidas de proteção ao rebanho catarinense, que é oficialmente livre de diversas enfermidades de impacto econômico e em saúde pública, minimizando o risco de introdução ou reintrodução destas enfermidades, incluindo controle e vigilância de trânsito de animais, seus produtos e subprodutos em postos de fiscalização fixos ou móveis através da conferência de GTAs (Guias de Trânsito Animal).	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Epidemiológica	Apoio à coordenação dos Programas Sanitários da Gerência de Defesa Sanitária Animal da CIDASC através de sistema de informações zoonosológicas que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e divulgação dos dados e informações epidemiológicas de Santa Catarina, aliado ao contexto sanitário nacional e ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares	O Programa Estadual de Vigilância para Doenças Vesiculares, tem como objetivo manter o Estado de Santa Catarina como Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação por meio de um sistema de vigilância veterinária oficial e da participação da comunidade	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis	O controle de raiva tem como objetivo baixar a prevalência da doença na população herbívoros domésticos (Ex: bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos), através de: adoção da vacinação herbívoros domésticos, do controle de transmissores e de outros procedimentos de defesa sanitária animal que visam à proteção da saúde pública e o desenvolvimento de fundamentos de ações futuras para o controle dessa enfermidade. A Vigilância para encefalopatias Transmissíveis visa a prevenção da encefalopatia espongiforme transmissíveis aos animais (Ex: "vaca louca"), através de colheita de material para testes laboratoriais.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina	Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose; e certificar um número elevado de estabelecimentos de criação, nos quais o controle e erradicação destas enfermidades sejam executados com rigor e eficácia, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Rastreabilidade Bovina e Bubalina	Para manter SC como estado livre de febre aftosa sem vacinação e adequar e aperfeiçoar as medidas de vigilância sanitária nos rebanhos catarinenses recomendadas pela OIE (Organização Internacional de Saúde Animal) é feita identificação de bovinos e bubalinos e o cadastro dos produtores rurais em Santa Catarina com a implantação do PIB-SC (Projeto de Identificação de Bovinos e Bubalinos em Santa Catarina) e SRBov-SC (Sistema de Identificação e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos).	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Sanidade Suídea / Sanidade Avícola	<p>Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e/ou maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>), bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suínocola e para a saúde da população, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) e determinadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através do Departamento de Saúde Animal.</p> <p>Principais ações do Programa de Sanidade Avícola: Sistemas de prevenção e detecção precoce de IA e DNC; Prevenir e controlar as enfermidades de interesse em avicultura e saúde pública; Resposta rápida aos eventos sanitários de IA e DNC; Vigilância, Certificação e Monitoramento dos plantéis avícolas; Aumento da biossegurança das instalações; capacitação técnica; Educação Sanitária.</p>	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade das Abelhas / Sanidade Equídea	<p>Apoio à Apicultura Catarinense por meio das atividades pertinentes à Defesa Sanitária Animal, como educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de doenças, visando manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e que possam contribuir com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para a agropecuária do Estado.</p> <p>Visa o fortalecimento do complexo agropecuário dos equídeos, através de ações de vigilância e defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos com:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – Educação sanitária, II – estudos epidemiológicos, III – controle do trânsito, IV – cadastramento, fiscalização e certificação sanitária, V – intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença de notificação obrigatória 	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Cadastro de Permissão de Trânsito Vegetal - PTV	<p>A Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV é um documento oficial emitido pela Cidasc para acompanhar o trânsito da partida de produtos de origem vegetal, produzidos em conformidade com as normas de defesa sanitária vegetal com o objetivo de evitar a dispersão de pragas regulamentadas, conforme consta na Instrução Normativa no 54, de 4 de dezembro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p> <p>Cadastrar usuários para emissão de Permissão de Transito Vegetal - PTV</p>	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – DEDEV
Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã, Pinus e Citrus.	<p>Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como Banana, Maçã, Pinus e Citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo os requisitos fitossanitários conforme o destino da produção.</p>	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação	A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária. O interessado deve indicar um responsável técnico que fará todos os processos de inscrição junto a CIDASC. Uma vez inscrita, a unidade de produção (UP) e unidade de consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe a CIDASC garantir ao MAPA e outros estados que os processos são realizados adequadamente e que a produção catarinense é segura sob a ótica da fitossanidade.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária	Para atuar como responsável técnico no sistema de certificação fitossanitária engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas da certificação e trânsito de produtos vegetais e também sobre as pragas quarentenárias.	Responsáveis Técnicos	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados	Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária (realizado em SC ou qualquer outra UF), o RT poderá se cadastrar junto a CIDASC, que é o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV. A CIDASC repassa ao MAPA as informações dos RTs habilitados no estado, para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária.	Responsáveis Técnicos	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Permissão de Trânsito Vegetal – PTV	A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitossanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Levantamentos de detecção, delimitação e Monitoramento de pragas	Para a manutenção do status fitossanitário de SC perante o MAPA e demais UF, a legislação determina a execução de levantamentos de pragas periodicamente. Temos status livre de Moko da Bananeira, que sob a constante vigilância da CIDASC, nunca se instalou no estado; e livre da <i>Cydia pomonella</i> , cuja presença no estado foi contida apenas no perímetro urbano de Lages e após anos de trabalho de monitoramento e eliminação de plantas hospedeiras, conseguimos erradicar a praga do estado. Outras pragas sob atenção da CIDASC: Cancro europeu, Cancro cítrico, HLB, Sigatoka negra, Thrips da ferrugem da bananeira, esca da madeira, Mofo azul do fumo, Cancro da videira, Ácaro vermelho das palmeiras, entre outras.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Movimentação de Granéis Sólidos - Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul	Os grânéis sólidos são movimentados por esteiras para que sejam carregados os navios. A pesagem de caminhões e vagões é feita por balanças eletrônicas. A expedição dos produtos é desenvolvida através de dois carregadores de navio com fluxo individual de 1.500 t/h.	Empresas	Terminal Graneleiro – São Francisco do Sul
Armazenagem de Granéis Sólidos - Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul	Armazém de fundo plano, subdividido em 4 células, com capacidade de 60.000 t; Armazém de fundo plano, dividido em duas células, com capacidade de 50.000 t.	Empresas	Terminal Graneleiro – São Francisco do Sul

2.2 Relacionamento com a Sociedade

2.2.1 Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão

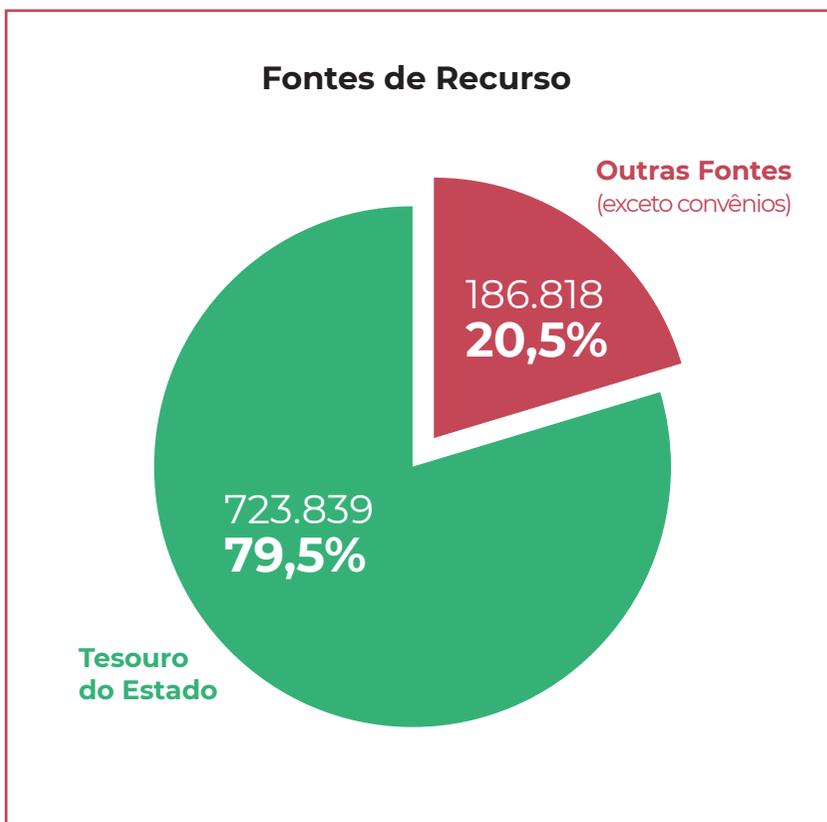
Os canais de atendimento da Cidasc estão citados no item 1.4 e agregam as nossas redes sociais, nossos contatos telefônicos, nossos disque denúncias e nossa ouvidoria. A ouvidoria é a área responsável pelo relacionamento com a sociedade de modo que sua competência primária é o tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios referentes à área de atuação e prestar à sociedade serviço de qualidade no que diz respeito ao acesso à informação e, portanto, contribuir para a ampliação dos mecanismos de controle social e transparência na gestão do bem público pelo cidadão, com o conseqüente aperfeiçoamento da democracia. Demandas recebidas pela Ouvidoria:

TIPOS DE DEMANDA	2016	2017
Reclamações	25	27
Denúncias	94	118
Sugestões	3	2
Elogios	2	1
Orientações/Solicitações	14	48
TOTAL	138	196

Já no tocante ao atendimento às denúncias de 2017 (disque-denúncia e denúncias enviadas via ouvidoria), recebemos 1022 notificações de enfermidades animais que estão na listagem de enfermidades de notificação obrigatória, atendemos 984 (96%) delas em até 12h do conhecimento da notificação, provando nossa eficiência no combate tempestivo às ameaças sanitárias. Entre essas enfermidades estão doenças de múltiplas espécies como brucelose, influenza aviária, doença de Newcastle, febre aftosa, raiva, peste suína clássica e salmonella.

2.3 Plano Plurianual – 2016-2019

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	VALOR (R\$ MIL)
Agricultura	910.657
Administração Geral	793.659
Defesa Sanitária Animal	39.090
Defesa Sanitária Vegetal	8.537
Formação de Recursos Humanos	7.460
Promoção Comercial	37.383
Promoção da Produção Vegetal	1.964
Tecnologia da Informação	22.564
Total Geral	910.657

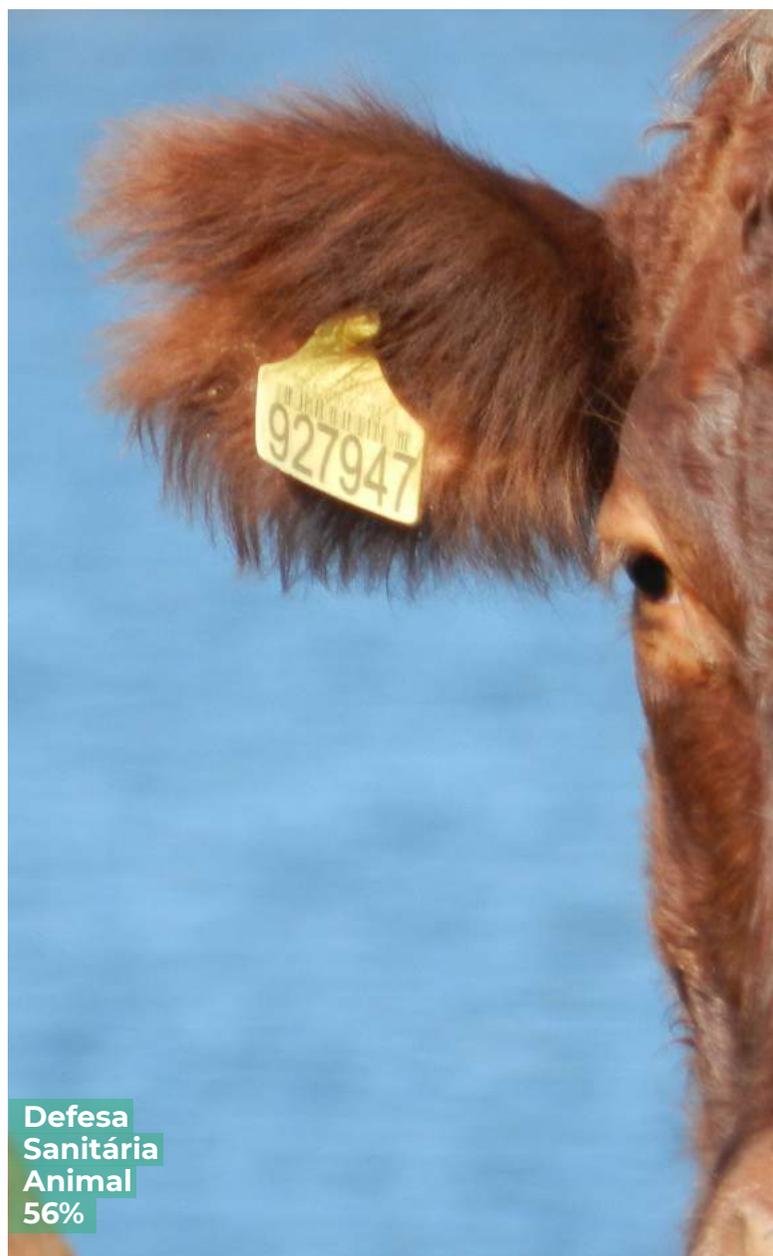


META FINANCEIRA DO PPA 2016 - 2019 (REVISÃO 2017), POR SUBFUNÇÃO



Nota: Os recursos da “Administração Geral” incluem a folha salarial das áreas técnicas (Defesa Sanitária Animal e Vegetal) e outras despesas comuns a toda a estrutura da área fim e da área meio.

SEGREGAÇÃO DOS RECURSOS COM RATEIO DA SUBFUNÇÃO "ADMINISTRAÇÃO GERAL"

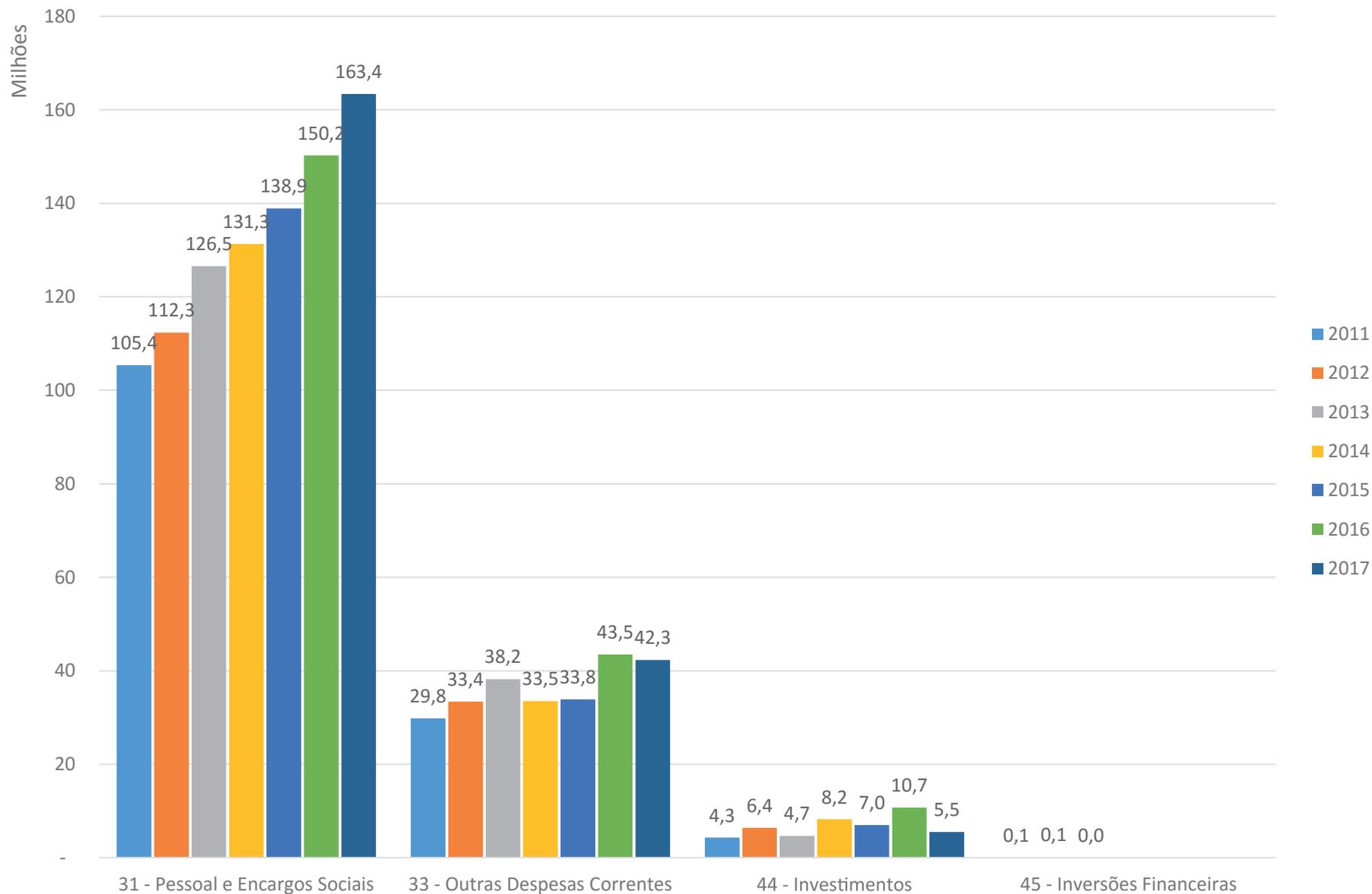


Devido ao fato da Subfunção "Administração Geral" conter recursos compartilhados por todas as áreas da empresa, para gerar uma visão mais representativa da realidade, foi realizada segregação gerencial como pode ser observada no gráfico acima.

2.4 Programas – 2016-2019

Programa / subação	Produto	Quantidade	Valor Total do PPA 2016 - 2019	Valor Liquidado 2016 e 2017	% de Execução Financeira	Valor Liquidado 2017
310 - Agronegócio Competitivo						
00183 - Movimentação de granéis no TGSFS	Granel movimentado (tonelada mil)	20.000	37.382.661	32.547.529	87,1	16.982.378
10720 - Capacitação e treinamento de beneficiários - Cidasc	Produtor beneficiado (unidade)	720	241.780	206.225	85,3	102.867
10721 - Capacitação e treinamento de técnicos - Cidasc	Curso realizado (unidade)	21	1.521.318	1.066.113	70,1	158.263
315 - Defesa Sanitária Agropecuária						
01800 - Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	Estabelecimento inspecionado (unidade)	7.680	3.688.587	1.553.727	42,1	369.309
01919 - Laboratório de Defesa Agropecuária	Amostra analisada (unidade)	59.750	1.206.777	93.913	7,8	29.398
02216 - Classificação de produtos de origem vegetal	Produto agrícola classificado (tonelada)	7.100	1.963.809	761.500	38,8	
02625 - Ações de defesa Sanitária Vegetal	Estabelecimento e propriedades fiscalizadas (unidades)	6.650	5.474.145	1.338.174	24,4	748.963
02967 - Ações de defesa Sanitária Animal	Estabelecimento e propriedades fiscalizadas (unidades)	54.000	32.685.704	8.853.100	27,1	4.475.960
11148 - Fiscalização de insumos agrícolas	Estabelecimento e propriedades fiscalizadas (unidades)	7.500	2.424.736	22.335	0,9	13.388
12069 - Monitoramento da sanidade dos produtos orgânicos	Amostra analisada (unidade)	525	638.100	466.547	73,1	135.704
335 - Santa Catarina Rural						
10261 - Melhorias na infraestrutura da defesa Sanitária Agropecuária - Cidasc	Unidade Mobiliada e equipada (unidade)	20	1.508.862	1.830.076	121,3	
850 - Gestão de pessoas	Servidor remunerado (unidade)	1.135	743.024.800	328.316.485	44,2	170.874.429
00570 - Administração de pessoal e encargos sociais - Cidasc						
03451 - Encargos com Estágios - Cidasc	Estágio contratado (unidade)	100	3.036.000	1.097.526	36,2	429.515
12973 - Capacitação profissionais dos agentes públicos - Cidasc	Servidor capacitado (unidade)	2.400	2.661.213	9.932	0,4	
12973 - Capacitação profissional dos agentes públicos - Cidasc	Servidor capacitado (unidade)	2.400	2.661.213	9.932	0,4	
900 - Gestão Administrativa - Podes executivo						
02555 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - Cidasc	Unidade gestora mantida (unidade)	1	50.633.842	27.133.934	53,6	12.852.447
03781 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia de informação e comunicação - Cidasc	Estação de trabalho mantida (unidade)	386	22.564.400	9.573.239	42,2	3.433.769
Total Geral		167.988	910.656.734	414.870.355	45,6	210.896.627

3.1 Recursos Aplicados por Grupo de Despesa – 2011 a 2017



3.2 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Cidasc

3.2.1 Relações de Programas

Programa 310: Agronegócio Competitivo

Objetivo do Programa:

Fomentar a capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense.

Análise Qualitativa do Programa

Para atender a forte demanda interna e de exportação, a **Cidasc administra o corredor de exportação de São Francisco do Sul**. Por meio dos seus terminais são escoadas as safras da região sul e do centro oeste, cerca de 12% dos grãos exportados pelo Brasil passam pelo Terminal, que opera 24 horas por dia e atende as principais empresas brasileiras exportadoras de soja, farelo de soja e milho. O terminal graneleiro possui 2 armazéns e a pesagem de caminhões e vagões é feita por balanças eletrônicas, os caminhões são descarregados através de tombadores e os vagões em moegas próprias. Em 2017 movimentou 6,5 milhões de toneladas de granéis sólidos. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 17 milhões**.

A insegurança de uma receita sazonal e a falta de aporte de recursos da Fonte 100 (tesouro) para custeio e investimento, faz com que tenhamos imbróglis jurídicos para que o Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul continue em funcionamento, pois os órgãos Controladores (ANTAQ, FATMA e RFB) exigem adequações estruturais e sistêmicas de grande vulto, sendo que não há recursos disponíveis na proporção exigida, gerando risco para o status sanitário do Estado que é dependente desta fonte de recurso.

Outra atividade realizada pela Cidasc dentro desse programa é a **Capacitação de Agricultores em Classificação de Produtos de Origem Vegetal** que **beneficiou 319 agricultores** em 2017. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 102,9 mil**. Também foram capacitados técnicos da Cidasc para melhoria do serviço de defesa agropecuária. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 158,3 mil**.

Programa 315: Defesa Sanitária Agropecuária

Objetivo do Programa:

Garantir a sanidade animal, vegetal, a idoneidade dos insumos agropecuários e aspectos higiênico-sanitários dos alimentos.

Análise Qualitativa do Programa

Defesa Sanitária Vegetal - Trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 749 mil.**

Fiscalização de Insumos Agrícolas - Fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e armazenam agrotóxicos, registro de estabelecimentos, cadastro de agrotóxicos, controle de qualidade de sementes e mudas, verificação de resíduos de agrotóxico em produtos orgânicos e convencionais. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 149 mil.**

Defesa Sanitária Animal - Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses. Conta com um laboratório de análises próprio para detecção de doenças animais que realizou em 2017 mais de 4600 exames para detecção de brucelose bovina, além de triagens de outras doenças. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 4,5 milhões.**

Inspeção de Produtos de Origem Animal - Serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 369 mil.**

Classificação de Produtos de Origem Vegetal - Serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e auxílio à agroindústria familiar pela concessão do Selo de Conformidade Cidasc com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 290 mil.**

Permeando todas as atividades do programa está a Educação Sanitária Agropecuária, que é uma atividade estratégica, instrumento da defesa agropecuária, que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, com intuito de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.

Há insegurança no repasse de recursos próprios, pois depende de uma receita sazonal (Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul) e a perspectiva de ser signatário de Convênios para investimento e manutenção das atividades. Além da falta de recursos humanos que compromete o status sanitário do Estado. **De 2016 para 2017 houve um decréscimo de recursos aplicados na Defesa Agropecuária de aproximadamente R\$ 1 milhão (14% de decréscimo com relação à 2016).**

Programa 850: Gestão de Pessoas

Objetivo do Programa:

Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.

Análise qualitativa do Programa

Pagamento da folha dos funcionários e seus encargos sociais para manutenção e melhoria dos serviços de defesa sanitária agropecuária. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 171 milhões.**

Programa 900: Gestão Administrativa

Objetivo do Programa:

Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.

Análise Qualitativa do Programa

Administração e manutenção administrativa, de infraestrutura, de tecnologia da informação e demais recursos comuns da empresa. A insegurança no repasse de recursos próprios, pois depende de uma receita sazonal (Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul) e o não aporte de recursos da Fonte 100 para auxílio no custeio e investimento da estrutura, são grandes impeditivos para garantia do status sanitário e apoio a área finalística. Recursos utilizados em 2017: **R\$ 16 milhões**.

3.2.2 Execução Física e Financeira das Ações da Loa

a) Comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos:

440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A			Meta Física 2017			Meta Financeira 2017		
Objeto de Execução / Produto e Unidade de Medida / Período Início	Situação.	Subação.	Previsto.	Realizado.	%	.Previsto	.Realizado	%
Movimentação de graneis no terminal graneleiro de são francisco do sul (Granel movimentado_tonelada mil) - Data: 01/12 - Atividade Continuada	Em andamento	183	5.000	6.501	130,0	8.909.563	16.982.378	190,0
Locação de estande no Simpósio da Suinocultura em Chapecó (Projeto apoiado_unidade) - Data: 08/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	1	1	100,0	15.000	15.000	100,0
Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC (Servidor capacitado_unidade) - Data: 08/16 - Atividade Continuada	Em andamento	12973	0	0	0,0	630.000	0	0,0
Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica (Estabelecimento inspecionado_unidade) - Data: 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	1800	1000	1.905	190,5	1.123.999	489.839	43,6
Análises de amostras laboratoriais (Amostra analisada_unidade) - Data: 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	1919	25.000	4.630	18,5	272.451	29.398	10,8
Informatização dos 4 POPS da inspeção, inclusão do programa novilho precoce no Sigen+ (Projeto apoiado_unidade) - Data: 08/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	1	1	100,0	140.000	140.000	100,0
Realização de impressão de material para o Projeto Sanitarista Junior (Projeto apoiado_unidade) - Data: 08/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	0	0	0,0	48.000	0	0,0
Fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade) - Data : 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	11148	1.750	2.996	171,2	555.567	13.388	2,4
Classificação de produtos de origem vegetal (Produto agrícola classificado_tonelada) - Data: 01/15 - Atividade Continuada	Em andamento	2216	1.000.000	950.946	95,1	436.459	290.237	66,5
Participar da Exposuper 2017 - CIDASC (Projeto apoiado_unidade) - Data:05/17 - Atividade Continuada	Concluído	11341	1	1	100,0	10.000	10.000	100,0
Coleta de amostra de orgânicos no agricultor e no comércio (Amostra analisada_unidade) - Data:01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	12069	150	135	90,0	174.000	135.704	78,0

Realização da 7 Feira do Agronegócio e Agricultura Familiar (Projeto apoiado_unidade) - Data: 08/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	1	1	100,0	90.000	90.000	100,0			
Fiscalização de propriedades rurais (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade) - Data: 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	2967	13.000	13.053	100,4	7.061.731	4.492.635	63,6			
Produção de material de divulgação relativo ao Programa e-Origens da Cidasc (Projeto apoiado_unidade) - Data: 09/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	0	0	0,0	10.000	0	0,0			
Capacitação de agricultores em classificação vegetal e boas práticas agrícolas (Produtor beneficiado_unidade) - Data: 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	10720	300	319	106,3	103.000	102.867	99,9			
Capacitação e treinamento de empregados (Curso realizado_unidade) - Data: 01/17 - Atividade Continuada	Em andamento	10721	10	11	110,0	150.000	158.263	105,5			
Contratação de laboratório de serviços em análises de agrotóxicos. (Serviço contratado_unidade) Data: 06/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	1	0	0,0	50.000	0	0,0			
Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade) - Data: 01/16 - Atividade Continuada	Em andamento	2625	1.550	1.669	107,7	1.529.902	748.963	49,0			
Realização da inscrição de Med. Veterinários e Agrônomos da CIDASC na Interleite Sul (Projeto apoiado_unidade) - Data: 05/17 - Atividade Continuada	Concluído	11341	1	1	100,0	8.060	7.280	90,3			
Realização de Inscrição no X Simpósio Brasil Sul de Suinocultura (Projeto apoiado_unidade) - Data: 07/17 - Atividade Continuada	Em andamento	11341	1	0	30,0	15.500	3.850	24,8			
Total Geral						1.047.767	982.731	93,8	21.333.232	23.709.802	111,1

b) Justificativa sobre as ações não realizadas ou realizadas parcialmente:

NOME E NÚMERO DO OBJETO DE EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A SUA EXECUÇÃO
OE 2016.01 - Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica.	Foi executado 190,5% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 43,6% da Meta Financeira prevista. A previsão inicial de recursos da fonte 100 (tesouro) e da fonte 240 (própria) não se concretizaram devido necessidades de utilização desses recursos para demandas emergenciais de outras áreas, especialmente do Terminal Graneleiro (OE 2012.01). Houve utilização de recursos (R\$106 mil) de convênio com Ministério da Agricultura, que não estava na previsão inicial, desta forma, as metas físicas foram cumpridas com folga.
OE 2016.04 - Fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas	Foi executado 171,2% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 2,4% da Meta Financeira prevista. Utilizou-se recursos compartilhados de outras subações correlatas para execução da meta física estabelecida.
OE 2016.03 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras	Foi executado 107,7% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 49% da Meta Financeira prevista. Porém, considerando a fonte 100 (tesouro), a utilização do recurso previsto foi condizente com o previsto (94,33%). A previsão de recurso da fonte 240 (própria) é que foi executada abaixo do previsto (14,87%) devido às necessidades de utilização desse recurso para demandas emergenciais de outras áreas, especialmente do Terminal Graneleiro (OE 2012.01). Para o atingimento da meta física estipulada, foram priorizadas as ações da Defesa Sanitária Vegetal previamente acordadas no Programa SC Rural.

OEs não realizados da subação 11341 (2017.04, 2017.06 e 2017.11)	Referem-se a Descentralizações Orçamentárias da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que não foram executados em tempo hábil no exercício de 2017.
OE 2016.16 - Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC	Foram efetuadas capacitações, porém, não foram associadas a este OE e sim aos OEs das áreas finalísticas e/ou da subação administrativa.

3.2.3 Contingenciamento de Despesas no Exercício 2017

Contingenciamento de despesas no EXERCÍCIO 2017 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

3.2.3.1 Quadro Resumo

Fonte de Recursos	Orçamento Atualizado (R\$ mil)	Programa Financeira Liberada (R\$ mil)	Saldo Contingenciado (R\$ mil)
0100	170.217,15	170.468,79	-251,64
0119	1.450,00	-	1,450,00
0240	38.842,29	40.652,17	-1.509,00
0260	45,00	23,61	21,39
0269	731,32	732,77	-1,45
0280	13,05	11,09	1,96
0285	105,94	144,70	-38,76
0298	711,25	711,25	-
0628	3.840,68	3.840,68	-
0640	970,64	978,64	-
0660	8,72	8,72	-
0669	99,08	99,08	-
0680	18,53	18,53	-
0685	614,71	614,71	-
0698	48,60	48,60	-
7300	1,86	-	1,86
7640	400,18	400,18	-
Total	218.127,01	218.453,53	-326,53

3.2.3.2 Razões para Contingenciamento

Em 26.01.2017 foi publicada, por meio do Decreto n. 1.032/17, a programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2017, por meio do qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, por fonte de recurso.

A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial.

Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano na medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias.

Para 2017, a programação financeira foi fortemente influenciada pelo cenário político e econômico, e seus reflexos na arrecadação estadual. Abaixo os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

3.2.3.3 Efeitos provocados

Não houve efeito na execução das atividades da Cidasc.

3.2.4 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

3.2.5 Restos a pagar de Exercícios Anteriores

Não houve restos a pagar de exercícios anteriores.

3.3 Informações Sobre Gestão de Pessoas e Terceirização de Mão de Obra

3.3.1 Composição do Quadro de Servidores ativos

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS

Tipologia dos cargos	Quantidade
1. Funcionários em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	987
1.1. Funcionários de carreira vinculada ao órgão	966
1.2. Funcionários de carreira vinculados a outro órgão	21
2. Funcionários terceirizados	106
Total do Funcionários (1+2)	1093

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cargos em comissão das funções gratificadas	Quantidade
1. Cargos em Comissão (Grupo Direção e Assessoramento Superior) (1.1 +1.2)	10
1.1. Funcionários de Carreira Vinculada ao Órgão	8
1.2. Sem vínculo	2
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2)	77
2.1. Funcionários de Carreira Vinculada ao Órgão	77
2.2. Funcionários de carreira vinculados a outros órgãos ou esferas	0
Total de Funcionários em Cargo e em Função (1+2)	87

QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO, SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto e/ou Alfabetizado	0	0%
Fundamental Incompleto	17	2%
Fundamental Completo	147	18%
Médio Incompleto	5	1%
Médio Completo	316	32%
Superior Incompleto	45	4%
Superior Completo	436	44%

QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO, SEGUNDO A IDADE

Idade	Quantidade	%
Até 24 anos	0	0%
De 25 a 34 anos	151	16%
De 35 a 44 anos	404	42%
De 45 a 54 anos	264	27%
Mais de 55 anos	147	15%

QUANTIFICAÇÃO DE QUADRO, SEGUNDO O GÊNERO

Gênero	Quantidade	%
Masculino	655	68%
Feminino	311	32%

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE ÁREA MEIO A ÁREA FIM

Tipologia do cargos	Área meio	Área fim
1. Funcionários em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	206	781
1.1. Funcionários de carreira vinculada ao órgão	194	772
1.2. Funcionários de carreira vinculados a outro órgão	12	9
2. Funcionários com Contratos Temporários	0	0
3. Funcionários Terceirizados	106	0
Total de Servidores (1+2+3)	312	781

QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO, SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO

Tempo	Quantidade	%
Até 5 anos	149	16%
De 6 a 10 anos	320	33%
De 11 a 15 anos	320	33%
De 16 a 20 anos	0	0%
De 21 a 25 anos	18	2%
Mai de 25 anos	159	16%

3.3.2 Quadro de pessoal da unidade gestora - mensal - valores (R\$)

Exercício: 2017

Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	18.275	18.177	18.177	18.315	18.177	12.391	12.387	12.387	12.387	12.490	17.901	18.672	189.740
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	7.233.453	7.072.012	7.062.924	6.970.567	7.391.328	7.564.213	7.598.368	7.702.125	7.068.809	7.149.761	8.654.554	10.743.032	92.211.145
Jovem Aprendiz	23.397	26.005	28.945	29.735	40.278	32.849	35.982	41.410	34.932	35.848	35.848	44.930	417.283
Estagiários	35.487	32.981	33.568	32.564	35.505	34.711	33.415	34.386	37.488	36.315	36.315	41.473	428.202
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	140.441	113.318	167.700	118.176	126.194	135.204	141.788	122.687	121.687	117.562	117.562	181.172	1.616.474
Total	7.451.053	7.262.493	7.262.493	7.169.356	7.611.482	7.611.482	7.821.944	7.912.709	7.275.304	7.351.975	8.887.106	11.029.278	94.863.384

NOTAS: Fonte SIGRH e SIGEN (para estagiários)

3.3.3 Quadro de pessoal da unidade gestora - mensal - quantitativo

Exercício: 2017

Vínculo	Quantidade/Mês											
	Jan.	Fev.M	ar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	16	16	16	16	16	15	15	15	15	15	14	14
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	962	962	960	960	959	959	956	954	950	949	948	947
Jovem Aprendiz	41	47	50	53	52	55	54	57	54	51	50	50
Estagiários	62	58	58	58	61	60	59	58	63	63	69	72
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	11	11	12	12	12	12	13	13	13	13	13	13
Total	1092	1094	1096	1099	1100	1101	1097	1097	1095	1091	1094	1096

NOTAS: Fonte SIGRH e SIGEN (para estagiários)

3.3.4 Demonstrativo de postos de trabalho por meio de contratos de terceirização de serviços

Exercício: 2017

Discriminação dos Postos de Trabalho (Por Categoria / Funções) (*)	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquida Anual
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Copeira - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Cozinheiro - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Jardineiro - 8 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	
Recepcionista - 8 horas	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	
Servente - 8 horas	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	
Digitador - 6 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Vigilância - 24 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	
Telefonista - 6 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Motorista - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Total	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99	R\$: 6.615.003,77

NOTAS: (*) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos.

3.3.5 Remuneração anual paga a membros de diretoria, conselho de administração, conselho fiscal da unidade gestora

Exercício: 2017

Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	693.075	-	-	-	693.075
Presidente	144.300	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo Financeiro	146.717	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	154.555	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan)	16.223	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (fev-dez)	113.680	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	117.600	-	-	-	-
Conselho Fiscal:	18.200	-	-	-	18.200
Conselheiro (a)	4.900	-	-	-	-
Conselheiro (a)	7.000	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.800	-	-	-	-
Conselheiro (a)	3.500	-	-	-	-
Total	711.275				711.275

NOTAS: (A) Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(B) Bônus: Benefícios de qualquer natureza definidos em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(C) Participação no Lucro: Eventuais valores de participação nos lucros fixados em decorrência de previsão estatutária, destinado aos administradores, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art 152 e no 190 da Lei 6.404/1976)."Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor. § 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202."

(D) Outros: Demais pagamentos destinados a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não enquadrados nos itens anteriores.

(E) Despesa líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).

3.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

Condições materiais de funcionamento (instalações e equipamentos) para que a Defesa Agropecuária ocorra de maneira adequada.

3.4.1 Gestão do patrimônio imobiliário

As atividades inerentes a Cidasc e em função as suas necessidades operacionais faz com que a Gestão do Patrimônio cadastre bens, dependendo dos mecanismos que lhe são atribuídos.

No acervo da empresa consta 26.228 bens patrimoniais, que estão distribuídos como bens móveis e imóveis. Desse total tem-se 41 bens imóveis que estão distribuídos entre os Departamentos Regionais, Escritório Central e no Terminal Granelero; sendo eles rurais e urbanos e os demais são aqueles que dão suporte aos serviços de sustentabilidade operacional, tais como os mobiliários, a frota veicular, os equipamentos de informática e comunicação; para atender ao público e o controle das fronteiras.

3.4.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Cidasc vem ao longo dos anos buscando formas de melhorar a sua eficiência dando eficácia no controle funcional, para isto busca condições e maneira de dar sustentabilidade operacional, para tanto, vem construindo parcerias com pessoas físicas e jurídicas. No registro de bens patrimoniais temos em média 140 contratos que possuem, em contrapartida a utilização de bens imóveis.

São contratos de comodatos, cooperação técnica, cessão de uso, dentre outros compatíveis legalmente que visam atender a base operacional da empresa, que estão distribuídos nas unidades organizacionais, seja Departamentos Regionais, Escritórios Locais e Barreiras Sanitárias.

A Cidasc possui ainda 37 imóveis locados de terceiros espalhados pelo estado, o que representa uma redução de 41,3% no número de imóveis locados, em comparação ao início de 2016 (63 imóveis).

3.4.3 Gestão da frota de veículos

A fim de dar suporte para executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio no Estado de Santa Catarina estamos equipados com uma frota de 670 veículos próprios, sendo distribuídos entre as unidades organizacionais da Cidasc.

Dentre estes veículos a empresa também atende aos convênios de cooperação técnica com as prefeituras municipais, nos quais, em contrapartida, o município nos cede funcionário de seu quadro efetivo para auxiliar na demanda e ações executadas pela Cidasc. Do total de veículos da frota, temos 159 veículos cedidos em convênios com as Prefeituras e outros órgãos públicos.

3.4.4 Gestão da tecnologia da informação (ti)

O Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia da Informação – DEGET constitui órgão de serviços auxiliares de apoio administrativo e é formado pelos profissionais ligados as áreas de Tecnologia, Redes, Telecomunicações, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário.

O objetivo deste Relatório é prestar contas das atividades desenvolvidas pelo DEGET no período de janeiro a dezembro de 2017 informando aos membros e servidores da Instituição, bem como à comunidade em geral os avanços obtidos na Gestão desse departamento e que vertem melhorias na defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina.

Na sequência são apresentados, por Departamento, Divisão ou Supervisão - uma avaliação das atividades de maior relevância institucional realizados por cada um dos setores a fim de que se cumpra com o dever institucional de prestar informações de suas atividades aos interessados.

Investimentos no Departamento de Tecnologia

O Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia buscou juntamente com a Presidência e o corpo de Diretores da Empresa recursos do programa SC Rural para a concepção de importantes projetos, dentre eles destacamos dois projetos: e-Origem e informe aves.

Aquisições em TI em 2017		
Descrição	Quantidade	Valor
Disco rígido – aumento de storage no data center.	4	10.000,00
Modulo no break	1	8.430,00
Renovação antivírus - bitdefender	1242	15.897,60
Garantia servidores do Terminal Graneleiro	1	15.990,00
Solução de Backup (Appliance, Biblioteca automatiz da e Softwares de backup)	1	427.184,99
14 (quatorze) Licenças de Software Microsoft Visual Studio PRO 2017 OLP NL Gov	14	21.663,28
Total		499.165,87

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA EM 2017

O aperfeiçoamento do sistema de monitoramento de serviços de TI possibilitou maior análise no acompanhamento dos serviços suportados pelo Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia.

Com as melhorias nos sistemas criados e administrados por este Departamento é possível ter maior pró-atividade na identificação de eventuais congestionamentos na rede, identificação de problemas recorrentes em algum sistema administrativo (recursos humanos, contas a pagar, entre outros), bem como oferecer novas soluções para os serviços prestados internamente (aos empregados) ou externamente (a sociedade).

O SIGEN+ (Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense) tem como principal objetivo disponibilizar ferramentas de controle do trânsito intra e interestadual de animais e para o ano de 2017 foram implementadas melhorias que representam grande conquista para a sociedade catarinense e para a Cidasc: e-origem, DTAM (documento de trânsito de animais mortos), informe aves e FEPI.

Perfis de usuários autorizados a utilizar o SIGEN+ e quantitativos (2017)	
Empregados a serviço da Cidasc	1.249
Médico Veterinário	1.381
Produtor Agropecuário	166.901
Outros	5.101

Neste ano de 2017, foram abertos nos departamentos de defesa agropecuária da empresa um total de 7.222 chamados para atendimento nos softwares desenvolvidos pela Cidasc, que se dividem entre manutenção e ou novas funcionalidades. No ano de 2017 foram atendidos 7.406 chamados e 1.034 estão em andamento, pois são parte de atendimentos contínuos e projetos em desenvolvimento.

O SIGEN+, desenvolvido e operado pela CIDASC é reconhecido como um dos principais pilares de sustentação de Santa Catarina no seu reconhecimento internacional quanto ao status sanitário de seu rebanho, garantido no rígido controle da movimentação de animais, seus produtos e subprodutos.

SUPERVISÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES E TELECOMUNICAÇÕES

A Cidasc participa do Projeto SC Rural - Microbacias 3 - onde desenvolve diversas atividades relacionadas à defesa agropecuária no estado de Santa Catarina principalmente a agricultura familiar.

A Cidasc desenvolveu ao longo de anos de trabalho uma solução integrada de sistemas que atendem a todas as áreas da empresa - administrativa, financeira e técnica, que são utilizados pela Cidasc, por agroindústrias e por produtores rurais, sendo que, são acessados 24 horas por dia e 7 dias na semana e com um número crescente de usuários a cada dia.

Tais sistemas necessitam de equipamentos que forneçam qualidade e velocidade no processamento das informações que são utilizadas na tomada de decisões em tempo real, todos esses dados que são gerados precisam ser armazenados para que em caso de algum acidente, os dados sejam recuperados o mais rápido possível.

Assim, o plano de trabalho do projeto de compra da solução de backup contempla diversas ações visando a melhoria destes serviços buscando a qualificação da produção das propriedades de agricultura familiar e, dentre as diversas metas encontra-se o investimento em hardware e software para melhoramento da infraestrutura de TI na Cidasc que repercutirá na prestação de melhores serviços aos produtores rurais e o fortalecimento da defesa sanitária agropecuária.

Somando-se a todas essas aquisições, uma nova política de segurança da informação – PSI está nas mãos da diretoria da empresa para ser aplicada. Tal PSI tem como objetivo estabelecer uma rotina de controle, proteção e mitigação dos riscos relacionados aos ativos da Cidasc.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

A premissa desta Divisão dentro da Cidasc é a de atender as demandas internas e externas da Empresa desenvolvendo e aperfeiçoando ferramentas da tecnologia da informação para atender os objetivos do Estado para com a sociedade catarinense.

Esta Divisão faz suporte e desenvolve ferramentas para o SIGEN+, que opera 24 horas por dia e sete dias por semana aos usuários, provido de controles e informações como cadastro de propriedades, saldo atualizado das espécies movimentadas, registros de informes epidemiológicos e de profissionais habilitados.

Dentre os atendimentos feitos em 2017, destaca-se o recálculo do peso estimado nas fiscalizações de produtos das Barreiras Sanitárias. Tal melhoria no cálculo acabou por disponibilizar informações mais precisas às Missões Internacionais e gerando incremento nas receitas do Estado de Santa Catarina. No ano de 2017 foram implementadas as seguintes melhorias:

FICHA EPIDEMIOLÓGICA MENSAL

Registrar os dados sobre a ocorrência de Doenças de Notificação Obrigatória pelos diferentes atores envolvidos na prestação de informações ao SVO (médicos veterinários habilitados, médicos veterinários autônomos e os próprios médicos veterinários do SVO), permitindo conhecer a situação sanitária do Estado e avaliar o seu perfil de ocorrência e distribuição para subsidiar a tomada de decisões e estratégias nos programas sanitários.

Informe Mensal de Aves:

Registrar os dados sobre a ocorrência de Doenças de Notificação Obrigatória pelos diferentes atores envolvidos na prestação de informações ao SVO (médicos veterinários habilitados, médicos veterinários autônomos e os próprios médicos veterinários do SVO), permitindo conhecer a situação sanitária do Estado e avaliar o seu perfil de ocorrência e distribuição para subsidiar a tomada de decisões e estratégias nos programas sanitários, bem como para possibilitar a certificação para mercados externos.

DTAM:

Registrar eletronicamente a Origem e o Destino dos animais mortos visando melhorar o fluxo de informações.

e-Origem

O sistema e-Origem tem como propósito, permitir que produtores primários, registrados no Sefaz, possam registrar-se no Sigen+, informar suas produções e identifica-las através de um QRCode. Dessa forma, podemos consultar a origem de um produto, informações do produtor, região onde foi produzido, período de safra, dentre outras informações. Com isso, passamos segurança e garantimos a qualidade para o consumidor final do produto.

SUPERVISÃO DE SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Supervisão de Suporte em Tecnologia da Informação - SESTI no ano de 2017 recebeu aproximadamente 1500 equipamentos para análise, manutenção e/ou encaminhamento. Além das manutenções e suporte foram feitas orientações aos colaboradores de todo o estado via telefone, e-mail e e-relacionamento. Além do suporte remoto foram feitos atendimentos e suporte in loco nos Departamentos Regionais. A SESTI também executou orçamentos e especificações técnicas para equipamentos. Durante o ano de 2017 e no decorrer de 2018 a DEGET/SESTI/SETEL irá visitar as localidades estaduais para a adequação de equipamentos e implementação de usuários individuais para os colaboradores no intuito de melhorar a segurança da informação da Cidasc e de seus colaboradores.

4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Em 2017, não houve transferências de recursos orçamentários mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congêneres para outros órgãos ou entidades.

5 LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1 Valores anuais de licitações e contratos por modalidade

5.1.1 Contratações por modalidade

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Total Anual: (A + B + C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência	-	692	6.616.627	6.617.319
Tomada de Preços	60.034	2.933	-	62.967
Convite	-	-	65.280	65.280
Pregão Presencial	-	1.375.909	236.121	1.612.029
Pregão Eletrônico	-	5.048.069	7.926.804	12.974.874
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	15.700	1.426.771	2.985.632	4.428.103
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	-	32.824	7.146.477	7.179.301
Inexigibilidade de Licitação	-	13.025	226.768	239.793
Total	75.734	7.900.223	25.203.708	33.179.665

Nota explicativa:

Obras e Serviços de Engenharia (A)

Elementos (Portaria 163/2001 STN):

- 51 - Obras e Instalações
- 61 - Aquisição de Imóveis

Compras (B)

Elementos (Portaria 163/2001 STN):

- 30 - Material de Consumo
- 52 - Equipamentos e Material Permanente
- 62 - Aquisição de Produtos para Revenda.

Contratação de Serviços (C)

Elementos (Portaria 163/2001 STN):

- 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
- 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
- 33 - Passagens e Despesas com Locomoção

34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização

- 35 - Serviços de Consultoria
- 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 37 - Locação de Mão-de-Obra
- 38 - Arrendamento Mercantil
- 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

5.2 Órgão de imprensa oficial

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

6 CONTROLE INTERNO

Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando:

- a) Recomendações expedidas no exercício;
- b) Recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento.

6.1 Recomendações expedidas em 2017

Descrição da recomendação	Providências adotadas	Setor responsável pela implementação	Síntese da providência adotada	Resultados obtidos
Fundo Fixo 2016 (adiantamentos) DEGEF e DEPAT – Recomendamos que nas prestações de contas sejam cumpridos requisitos da IN TC 14/2012, do Manual de Normas e Procedimentos da GEFIN e da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013.	Departamentos envolvidos apresentaram justificativas e se comprometeram a observar mais atentamente à legislação vigente, principalmente a normativa interna Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013.	Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro - DEGEF	Comprometimento na observância da legislação vigente, principalmente quanto às nuances da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013.	Cumprimento das normativas referente a adiantamentos concedidos.
Água e Esgoto – Recomendamos medidas para racionalização do consumo de água, acompanhamento do consumo mensal por meio da adoção de planilha de controle, desligamento de unidades consumidoras inativas.	Atualização das unidades consumidoras ativas. Implantação do controle de consumo via sistema. Elaboração de campanhas internas que incentivem a economia de água.	Departamento Estadual de Gestão Patrimonial - DEPAT	Atendimento das recomendações emanadas da Auditoria Interna.	Cumprimento da legislação vigente e racionalização do consumo de água. Acompanhamento do consumo das Unidades.
Energia Elétrica – Recomendamos ajuste na demanda contratada de algumas Unidades Organizacionais da CIDASC, observância quanto ao consumo nos horários de ponta, acompanhamento do consumo mensal por meio da adoção de planilha de controle.	Atualização dos contratos vigentes com os ajustes necessários nas demandas contratadas. Justificou os consumos registrados nos horários de ponta. Implantação do controle de consumo via sistema.	Departamento Estadual de Gestão Patrimonial - DEPAT	Atendimento/Justificativa das recomendações emanadas da Auditoria Interna.	Cumprimento da legislação vigente. Redução do valor pago com tarifa fora da demanda contratada. Acompanhamento do consumo das Unidades apontadas no relatório de Auditoria.

<p>Compras Diretas – Recomendamos observância quanto aos limites legais para dispensa de licitação e requisitos formais na apresentação dos orçamentos. Planejamento das aquisições por categoria de bens/serviços. Economicidade nas contratações diretas.</p>	<p>Departamento apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.</p>	<p>Departamento Estadual de Operações Comerciais - DEOCO</p>	<p>DEOCO apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.</p>	<p>Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto aos limites para compras diretas e às documentações necessárias para legalidade do processo de aquisição/contratação.</p>
<p>Vale alimentação – Recomendamos ressarcimento de valor pago para funcionário licenciado para concorrer a cargo eletivo e funcionários demitido no PDI. Observância quanto à normativa aplicada ao assunto e maior controle nos casos de suspensão de pagamento do benefício.</p>	<p>Departamento apresentou os comprovantes de regularização dos valores concedidos indevidamente e se comprometeu a observar melhor a normativa vigente.</p>	<p>Departamento Estadual de Gestão de Pessoas – DEGEP</p>	<p>Ressarcimento dos valores creditados indevidamente no cartão do vale alimentação.</p>	<p>Devolução/ressarcimento no montante de R\$ 3.661,66 (três mil, seiscentos e sessenta e um reais), além de comprometimento maior do Departamento em relação às situações de suspensão/interrupção no fornecimento do vale alimentação.</p>
<p>Terceirizados – Recomendamos atualização periódica do cadastro dos funcionários terceirizados. Fiscalização quanto ao uso de EPI, uniformes e identificação. Acompanhamento quanto à vigência dos contratos e observância quanto à eventuais desvios de função.</p>	<p>Departamento apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna</p>	<p>Departamento Estadual de Gestão Patrimonial - DEPAT</p>	<p>Gestor do Departamento responsável tomou ciência das recomendações via relatório elaborado pela Auditoria Interna e apresentou justificativa quanto aos apontamentos.</p>	<p>Compromisso, por parte do Departamento responsável, em observar as recomendações da Auditoria Interna.</p>
<p>Passivo Trabalhista – Indicamos as principais demandas trabalhistas em ações judiciais e recomendamos avaliação dos meios necessários para minimizá-las. Sugerimos acompanhamento informatizado das demandas na eminência e/ou em condições de trânsito em julgado (possível valor de condenação e ponto de risco).</p>	<p>Departamento Jurídico expressou seu ponto de vista sobre as recomendações elencadas pela Auditoria Interna e se comprometeu a avaliar àquelas passíveis de implementação.</p>	<p>Departamento Jurídico e Diretoria Administrativa e Financeira</p>	<p>Avaliação das recomendações emanadas da Auditoria Interna.</p>	<p>Cientificação da direção quanto à situação do passivo trabalhista da Empresa. Reflexão e estudo para a adoção de ponto de risco para mitigar o impacto da execução trabalhista.</p>
<p>Auxílio Creche e Babá – Recomendamos a atualização das normativas internas que tratam do assunto, adequando às exigências do e-Social. Estipulação de prazo para recebimento de documentos atrasados. Observância quanto aos requisitos formais dos documentos apresentados para concessão do benefício. Organização da documentação e indicação de pessoa responsável pela função.</p>	<p>Departamento apresentou justificativas e compromissos aos apontamentos da Auditoria Interna.</p>	<p>Departamento Estadual de Gestão de Pessoas – DEGEP</p>	<p>Determinado pela Diretoria à DEGEP que atenda as recomendações com regularização dos apontamentos descritos no relatório da Auditoria Interna.</p>	<p>Regularização dos apontamentos e atualização das normativas e cumprimento dos requisitos necessários à concessão do benefício.</p>

Monitoramento de diárias – Recomendamos justificativa/ressarcimento para as inconsistências encontradas nas prestações de contas analisadas (por amostragem)	Departamentos Regionais envolvidos justificaram e/ou ressarciram as diárias não conformes.	Diretoria Administrativa Financeira	Justificativa/ressarcimento de diárias não conformes.	Devolução/ressarcimento no montante de R\$ 694,50 (seiscentos e noventa e quatro reais), além do compromisso de observar melhor a documentação apresentada na prestação de contas.
Ressarcimento de funcionários CIDASC à disposição – Recomendamos a cobrança dos débitos identificados na avaliação realizada pela Auditoria Interna	Foram expedidas comunicações e ofícios com o intuito de comunicar e cobrar os débitos em aberto, solicitando os respectivos ressarcimentos	Diretoria Administrativa e Financeira Departamento Estadual de Gestão de Pessoas – DEGEP Departamento Jurídico Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro - DEGEF	Expedidos ofícios para comunicar e cobrar os débitos em aberto.	Ressarcimento no montante de R\$ 100.448,28 (cem mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).
Monitoramento de Receita – Eventos Agropecuário – Recomendamos que fosse providenciado o pagamento da taxa referente à fiscalização dos eventos agropecuários pendentes de jan. a dez/2017.	Relatório encaminhado à Diretoria Administrativa e Financeira para que fosse providenciada a cobrança dos Gestores Regionais	Diretoria Administrativa e Financeira Departamentos Regionais	Expedidas comunicações para regularização dos pagamentos pendentes de recolhimento.	Recolhimento de 34 eventos pendentes de pagamento, representando um montante de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
Banco de Horas - Recomendamos avaliação do saldo existente no banco de horas, no período em que o relatório foi elaborado, solicitando os ajustes necessários e as programações de compensação para atender aos requisitos previstos no ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	Saldo do Banco de Horas repassado a todos os Gestores de Departamento a fim de comunicar a necessidade de controle do banco de horas	Diretoria Administrativa e Financeira	Relatórios individuais foram repassados para cada Gestor de Departamento	Conscientização de todos os Gestores da necessidade de um controle efetivo do banco de horas e a realização de horas extras.

6.2 Recomendações pendentes de atendimento

Não houve recomendações que restaram pendentes de atendimento em 2017.

7 CONTRATO DE GESTÃO

Em 2017, a Cada da supervisão de contratos de gestão.

Exigíveis somente para os órgãos encarregados da supervisão destes contratos, no âmbito do Estado.

CONTRATOS COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS

8 TERMOS DE PARCERIA

Em 2017, a Cidasc não firmou parcerias com transferência de recursos orçamentários.

Exigível somente para as unidade jurisdicionadas que firmam termo de parceria.

**TERMO DE PARCERIA
INSTRUMENTO FIRMADO COM TRANSFERÊNCIA
DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, ENTRE UNIDADE
JURISDICIONADA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE
INTERESSE PÚBLICO – OSCIPS NOS TERMOS DA LEI Nº
9.790/1999**

Desempenho operacional

Maiores destaques

Santa Catarina completou 10 anos de reconhecimento internacional de estado livre de febre aftosa sem vacinação. Somos o único estado brasileiro com esta certificação, que foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OIE em 25 de maio de 2007.



O status sanitário diferenciado de Santa Catarina tornou o estado o maior exportador de carne suína e o segundo maior exportador de carne de frango do país, alcançando os mercados mais competitivos do mundo. Após o reconhecimento da OIE, Santa Catarina teve acesso aos grandes compradores de carnes como a Rússia, China, Hong Kong e Coreia do Sul.

Outro grande destaque do ano foi o lançamento do programa e-Origem, que permite aos consumidores, por meio da leitura digital conhecer a origem de frutas, verduras e legumes cultivados em solo catarinense, além de dados sobre o uso de agrotóxicos. O sistema desenvolvido pela Cidasc proporciona o registro da movimentação dos vegetais ao longo de toda a cadeia produtiva. Facilita também o monitoramento do uso de agrotóxicos.



Defesa animal



O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal atuou na manutenção do reconhecimento internacional de Santa Catarina como Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação e Zona Livre de Peste Suína Clássica, possibilitando que os produtos catarinenses de origem animal alcançassem os mercados mais exigentes do mundo em termos de sanidade animal.

Mantemos o status de excelência sanitária por meio de barreiras sanitárias nas divisas do estado ou em barreira móveis nas estradas. O sistema funciona o ano inteiro, 24 horas por dia, 7 dias por semana para garantir a sanidade agropecuária. Neste ano realizamos 500 mil fiscalizações de trânsito. Além do controle de trânsito de animais, todos

os bovinos e bubalinos são identificados e rastreados.

Este ano, apresentamos aos representantes da Agência de Quarentena de Animais e Plantas da Coreia do Sul, o sistema de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. Os coreanos conheceram o sistema de fiscalização de trânsito de animais, os registros realizados no Sigen+ (Sistema de Gestão de Defesa Agropecuária da Cidasc) as regras de trânsito animal, controle de cargas no Estados e como a Cidasc atua no caso de irregularidades. Este marco representa a abertura do produtos suínos catarinenses no mercado sul-coreano, autorizado pelo governo da Coréia do Sul em 05 de abril de 2017.

Aperfeiçoamos o Sistema de Gestão de Defesa Agropecuária Catarinense, o Sigen+, para facilitar o acesso do produtor aos serviços da Cidasc. Somente neste ano foram emitidas 1,3 milhão de Guias de Trânsito Animal – GTA's. A ampliação do sistema consolida a interação entre 160 mil produtores rurais e a Companhia.

Foi implantada a Comissão Estadual do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, possibilitando que assuntos relacionados a esses zoonoses sejam discutidos por todos os órgãos públicos e instituições privadas com a cadeia produtiva.

Ainda foi consolidado o Sistema de Vigilância Ativa para Febre Aftosa possibilitando o fortalecimento da vigilância desta enfermidade, por meio da implantação de um sistema contínuo de fiscalização e inspeção a estabelecimentos rurais de maior risco para a doença.

Santa Catarina é o maior produtor de moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras e berbigões) do Brasil, e estes produzidos no litoral catarinense são de grande importância gastronômica, sociocultural e econômica das regiões produtoras. A Cidasc realiza periodicamente análise de moluscos bivalves e da água desse cultivo para detecção de ficotoxinas e algas produtoras de toxinas a fim de garantir qualidade e segurança alimentar desses produtos. Em 2017 houve detecção de ficotoxina PSP em alguns cultivos e preventivamente todas áreas de malacoculturas foram interditadas. Após coletas extras efetuadas pela Cidasc, e resultados negativos houve desinterdição dos cultivos. Visando intensificar o monitoramento de moluscos bivalves, a Cidasc com o apoio da Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal realizaram fiscalizações de trânsito de produtos de origem animal com enfoque no comércio ilegal de moluscos bivalves. Além da fiscalização padrão, houve distribuição de material educativo sobre os programas sanitários da Cidasc.

Também foram desenvolvidas atividades atribuídas ao Estado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa no projeto de Compartimentação da Cadeia Produtiva Avícola para Influenza Aviária.

Apoio laboratorial



A Cidasc possui dois laboratórios de diagnóstico na área animal, localizados em Chapecó e Joinville. Através do laboratório, realizamos monitoramento de doenças e produção dos meios necessários para o acondicionamento de amostras de vigilância dos programas estaduais.

O laboratório de Chapecó foi credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa para diagnóstico de brucelose. O laboratório já é credenciado pelo MAPA em Anemia Infeciosa Equina (AIE) desde 2014. Esta conquista garante o controle da brucelose animal no Estado de Santa Catarina e melhor condição sanitária do rebanho e maior segurança para o consumidor de produtos de origem animal. As atividades dos laboratórios neste ano somaram: 4.316 exames realizados.

Inspeção de produtos de origem animal



O Serviço de Inspeção Estadual – SIE tem como objetivo a manutenção da saúde pública, através da realização de ações de fiscalização, supervisões e auditorias em estabelecimentos que manipulam e elaboram produtos de origem animal, garantindo a qualidade e inocuidade dos alimentos, permitindo a comercialização dos mesmos.

O modelo diferenciado de inspeção de produtos de origem animal continuou em destaque no ano de 2017. São aproximadamente 465 profissionais, vinculados a dez empresas credenciadas, habilitados a prestar o serviço em todo o estado, com 35 médicos veterinários da Cidasc atuando na fiscalização da inspeção.

Ao longo do ano, as ações do serviço de inspeção apresentaram números significativos, como as 1.113 empresas registradas no Serviço de Inspeção Estadual – SIE, 23 estabelecimentos cadastrados no Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI/POA, mais de 200 ações de combate à clandestinidade e mais de 500 ações de combate a fraudes junto a outras entidades de controle, somando mais de 1.000 análises por meio dos sistemas de controle de qualidade dos processos de fabricação e produtos fabricados.

Defesa vegetal



O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal inscreveu novas unidades de produção e de consolidação no sistema de certificação fitossanitária. Por meio do programa, produtores de maçã, banana, pinus, frutas e mudas cítricas, entre outros, conseguiram acessar

mercados em todo o Brasil e também exportar a produção catarinense. A manutenção do programa de certificação fitossanitária já demandou neste ano 1.640 fiscalizações auditadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa nas propriedades rurais e unidades de embalagem e/ou beneficiamento inscritas.

Durante o ano, mediante Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa fiscalizamos 334 unidades de produção – de banana, maçã e citrus, bem como 160 unidades de consolidação destas espécies. Essas atividades viabilizaram a comercialização dessas frutas para diversos estados da federação, movimentando cerca de 2,4 bilhões de reais na economia catarinense.

Para atuar no combate ao Cancro Europeu, doença que ataca os pomares de maçã, foram realizadas 22 reuniões em seis municípios distribuídos na região produtora de maçã, com a participação de 752 fruticultores. Além disso, os 134 profissionais que atuam como responsáveis técnicos foram convocados para atuarem pela erradicação desta praga do território catarinense. Atualmente, o cancro está presente em 10,2% das propriedades.



Já com o objetivo de manter o status de Área livre da *Cydia pomonella*, instalamos 200 armadilhas, que foram monitoradas semanalmente. A erradicação da praga, viabilizou no último ano a exportação de 60 mil toneladas para Bangladesh, Holanda, Irlanda,

Inglaterra, Portugal, entre outros países. O que gerou receitas na ordem de 40,6 milhões de dólares aos produtores catarinenses.

Com a nova normatização que atinge a citricultura nacional, apresentamos ao MAPA o dossiê com a situação do cancro cítrico em Santa Catarina, obtendo a definição para o estado de status de Sistema de Mitigação de Risco – SMR para a praga Cancro cítrico. A exemplo do SMR da sigatoka negra, implantado desde 2008 na cultura da banana, o SMR do cancro cítrico irá possibilitar ao citricultor catarinense comercializar sua produção para todo o país.



Neste ano foram emitidas cerca de 70 mil Permissões de Trânsito Vegetal – PTV's, através da Certificação Fitossanitária, sistema que acompanha e atesta as condições sanitárias de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal, hospedeiros de pragas quarentenárias ausentes ou presentes, em cumprimento às normas nacionais e internacionais, exigidos nas transações comerciais. É com a certificação que as partidas de produtos vegetais podem transitar livremente pelo território nacional, sem nenhum embaraço ou entrave fitossanitário, tornando-se assim, um instrumento fundamental para a sustentabilidade do setor produtivo e comercial de Santa Catarina.

Além disso, devido à importância da certificação fitossanitária para

Santa Catarina, foi promovido, em parceria com o MAPA, um curso para habilitação de responsáveis técnicos. Desta forma, os produtores catarinenses poderão contar com mais 25 profissionais habilitados para atuar no processo de certificação.

Ainda na linha de proteção à saúde dos catarinenses, vale destacar o trabalho realizado pela Cidasc junto aos diversos setores da sociedade, buscando a aprovação do novo Decreto Estadual de Agrotóxicos. Trata-se de uma legislação moderna e atual que tem por objetivo normatizar a produção, comercialização e uso destes insumos no estado, garantindo a toda sociedade uma política pública rígida e atual para resguardar os interesses tanto dos cidadãos quanto dos agricultores.



Através do Programa de Monitoramento dos Resíduos de Agrotóxicos em Produtos Orgânicos – MPOrg-SC e Programa Alimento Sem Risco – PASR, foram coletadas 795 amostras ao longo deste ano, que resultou em 94% dos alimentos orgânicos isentos de resíduos de agrotóxicos.

Também atuamos firmemente na fiscalização de insumos agrícolas, com ênfase na coleta e análise de sementes. Desde 2013 até agora já foram analisadas mais de 1.800 amostras de 22 duas espécies de sementes comercializadas no estado. Foi possível perceber avanços na qualidade dos lotes de sementes de espécies forrageiras de verão e grandes culturas como a soja e o trigo. Contudo, espécies forrageiras de clima temperado

ainda merecem atenção especial do controle externo, realizado pela Cidasc, principalmente com relação a sua qualidade fisiológica.

O lançamento do sistema e-Origem é outra conquista da Cidasc neste ano. O programa possibilitará a inserção do pequeno produtor no mercado de produtos com origem identificada, de forma gratuita. Fato de grande importância para a produção de frutas e hortaliças. A busca por inovação tem sido um dos compromissos da Defesa Vegetal.

Santa Catarina, por meio da Cidasc, realizou o 1º Simulado em Emergência Fitossanitária do Brasil para a praga Fogo Bacteriano das rosáceas, contando com a participação de profissionais que atuam na defesa vegetal dos três estados do Sul. O evento teve como objetivo preparar os profissionais do serviço oficial, bem como do setor produtivo para, juntos, adotarem ações organizadas no caso de introdução de novas pragas no estado, minimizando perdas econômicas e preservando o patrimônio fitossanitário.



Classificação de produtos de origem vegetal



Neste ano, classificamos mais de 850 mil toneladas de produtos e subprodutos de origem vegetal. A classificação vegetal atende importação em 4 portos e uma aduana seca, empresas cerealistas e beneficiadoras de frutas. Foram realizadas oficinas que visam o melhor desenvolvimento das atividades agrícolas, proporcionando maior aproveitamento da produção, melhoria de renda dos produtores e qualidade de vida no campo. Foram realizadas capacitações na classificação da maçã, palestra técnica junto aos alunos do centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Seminário sobre Produção do Polvilho, cursos técnicos para habilitação na classificação de amendoim, milho de pipoca e reciclagem em classificação de tabaco.

A equipe do Selo de Conformidade de Classificação (SCC) ampara 24 empresas em diversos segmentos de processamento de alimentos, como: cereais, farinha de mandioca, polvilho azedo, conserva de palmeiras, alhos, maçã, banana e produção primária, de forma voluntária, tornando os processos padronizados e os produtos seguros para os consumidores. Após o término da consultoria a empresa é auditada e se cumprir os requisitos é certificada, a certificação é renovada semestralmente.

Em 2017 foram certificadas 6 empresas, sendo: uma na produção de temperos a base de alho, uma de farinha de mandioca, uma de erva mate e chás, duas em beneficiamento de maçã e uma em beneficiamento e embaladora de cereais. Foram realizadas 8 auditorias, de implantação e renovação e aproximadamente 150 consultorias nas empresas em processo de implantação.

Outro importante passo da Divisão de Classificação foi o contrato com a Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra. Neste ano, foram atendidas 22 empresas fumageiras, com um volume de 250.000 toneladas de tabaco comercializado.



Armazenagem



O Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul administra a armazenagem e o corredor de exportação de grãos destinados aos mercados internacionais, principalmente para a China. A origem das safras são principalmente da região sul e centro-oeste. Este ano movimentou cerca 6,3 milhões de toneladas e atingiu o faturamento de R\$ 38 milhões.

Possui dois armazéns e a pesagem de caminhões e vagões é realizada em balanças eletrônicas. Os caminhões descarregam a mercadoria por meio de tombadores e os vagões, em moegas próprias. Neste ano contou com investimentos em infraestrutura em torno de R\$ 2,5 milhões.



Cidasc em números



Defesa Sanitária Animal

1,3 milhão de GTA's emitidas;
500 mil fiscalizações de trânsito.



Apoio Laboratorial

4.316 exames realizados.



Inspeção de Produtos de Origem Animal

200 ações de clandestinidade;
1.113 empresas registradas no Serviço de Inspeção Estadual - SIE.



Defesa Sanitária Vegetal

70 mil permissões de trânsito vegetal;
Análise de **1.800** amostras.



Classificação de Produtos Origem Vegetal

Classificação de mais de **850 mil** toneladas de produtos e subprodutos.



Armazenagem

Movimentação de **6,3 milhões** de toneladas de grãos.

Gestão de compras

O compromisso com os processos licitatórios é uma prática constante dentro da Cidasc tanto que fomos reconhecidos com referência na organização e arquivamento de documentos licitatórios.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC elogiou a Cidasc no documento de orientação aos Executores do Programa SC Rural sobre encerramento de Contrato de Empréstimo. De acordo com o TCE, “Os auditores encontraram em cada processo licitatório um checklist, muito eficiente na organização e arquivamento. O Tribunal ainda solicitou o modelo do checklist para que fosse repassado aos setores de licitação das demais executoras.

A busca constante pela adoção de medidas administrativas que estimulem a transparência só confirma o compromisso da Cidasc em praticar os princípios da administração pública e qualidade na execução de suas atividades.

Em 2017, os processos licitatórios somaram:

Modalidade/Forma	Valor Líquido Anual
Concorrência	6.617.319
Tomada de Preços	62.967
Convite	65.280
Pregão Presencial	1.612.029
Pregão Eletrônico	12.974.874
Dispensa de Licitação	11.607.404
Inexigibilidade de Licitação	239.793

Gestão de social

Educação Sanitária

Um dos meios que a Cidasc utiliza para a manutenção do status sanitário diferenciado é o Projeto Sanitarista Junior. O projeto tem por objetivo geral promover a mudança de atitudes e comportamento frente aos problemas sanitários desde a educação infantil, melhorando direta e indiretamente a saúde das pessoas, dos animais, das plantas e do meio ambiente. Com isso, tem a finalidade de possibilitar um exercício pleno da cidadania e a melhoria na qualidade de vida, além de estabelecer parcerias com entidades e órgãos públicos no intuito de ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na Educação Sanitária.

O Projeto prevê a introdução transversal do tema da Defesa Agropecuária no Projeto Político Pedagógico das escolas parceiras, para crianças a partir de 9 anos de idade, que cursam o quarto ano do Ensino Fundamental.

Completando três anos, o projeto em 2017 atendeu 69 escolas distribuídas em 36 municípios catarinenses, e contemplou mais de 3.000 crianças.

O Projeto entrou oficialmente na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina, que favorecerá a adesão de novas parcerias.



Incentivo à Agricultura Familiar

Comparecemos na Feira da Agricultura Familiar em Timbé do Sul. A feira tem como objetivo principal aproximar o agricultor da cidade, por meio da venda direta. A Cidasc acompanhou a implantação da feira e orientou os agricultores a respeito das normas e legislações para produção e comércio de produtos de origem animal e vegetal.



Operação Cidadania

A Cidasc juntamente com outros órgãos oferecem serviços à comunidade, nos eventos promovidos pelas Agências de Desenvolvimento Regional (ADR).

Este ano estivemos presentes em Tubarão e em Blumenau apresentando as ações desenvolvidas pela Cidasc e alertando para os cuidados ligados à Defesa Agropecuária.



